



**ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE
FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZ.**

----- No dia vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dez, teve lugar no Solar dos Peixotos, a primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Joaquim Almeida Henriques, secretariado pelo Senhor António Elísio de Jesus Dias, como primeiro secretário e a Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como segunda secretária. -----

----- A Sessão teve início às quinze horas e quarenta e dois minutos, tendo-se verificado as faltas dos Senhores Deputados: António Vicente de Figueiredo (justificada) e Pedro Agostinho da Silva Baila Madeira Antunes (justificada). -----

- CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA: -----

A Assembleia Municipal recebeu vários convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, convidando o Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações. - A Assembleia Municipal recebeu vários postais de Boas Festas de diversas entidades e organismos. -----

- Diversas entidades e partidos políticos, solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal. -----

- A ANMP remeteu a este Órgão Autárquico, três exemplares dos Boletins números cento e oitenta e cinco, referente ao mês de Novembro de dois mil e nove, cento e oitenta e seis, referente ao mês de Dezembro de dois mil e nove e cento e oitenta e sete, referente ao mês de Janeiro de dois mil e dez. Remeteu também ofício a solicitar informação sobre os eleitos locais e respectivos contactos. -----

- A Câmara Municipal de Viseu remeteu a esta Assembleia Municipal diversos assuntos, a saber: Diversos convites à Assembleia Municipal; ofício a solicitar a rectificação da certidão de vinte e nove de Dezembro de dois mil e seis, ficando a mesma com a designação “Plano de Pormenor da Cava de Viriato e Áreas Envolventes”; expediente para ser agendado na Sessão Extraordinária desta AMV que se realizou no passado dia oi de Janeiro de dois e dez. Igualmente remeteu diverso expediente para ser agendado na Sessão Ordinária desta AMV que se realizará vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dez, bem como informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a actividade municipal e situação financeira do Município. -----

- A Junta de Freguesia de Abraveses, enviou a esta Assembleia Municipal Declaração Hospitalar de Internamento do seu Presidente, Senhor Deputado Jorge Manuel de Sousa Mota. -----

- O Senhor Governador Civil do Distrito de Viseu, ao iniciar funções coloca-se à disposição desta Assembleia Municipal para toda e qualquer colaboração que sejam necessárias; acusa recepção da Moção referente à “Auto-estrada Viseu-Coimbra/ IP Três” e comunica que a mesma foi remetida ao Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações. -----

- A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Viseu, remeteu a esta AMV “Relatório de Actividades da CPCJ Viseu, no ano de dois e nove”. -----

- A Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões enviou a esta Assembleia Municipal “Plano de Actividades e Orçamento do exercício económico de dois mil e dez”. -

- A Delegação Distrital da ANAFRE em Viseu, enviou a esta AMV conclusões do “XII Congresso da ANAFRE”, realizado nos dias vinte e dois, vinte e três e vinte e quatro de Janeiro de dois mil e dez. -----



- A Assembleia Municipal de Vila do Conde, remeteu a esta AMV cópia da Proposta de Recomendação, aprovada em reunião ordinária de vinte e nove de Dezembro de dois mil e nove, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, no sentido de recomendar ao governo que adopte diligências necessárias à convocação de um referendo para a instituição em concreto das cinco Regiões Administrativas, ou seja, que retome a instituição da Regionalização. -----
- Os alunos da turma B, do décimo segundo ano da Escola Secundária de Emídio Navarro remeteram, via e-mail convite ao Senhor Presidente desta Assembleia Municipal para participar a uma mesa redonda, sobre a conferência “Ciência e a História de Emídio Navarro”. -----
- Do Gabinete do Excelentíssimo Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, acusam a recepção da Moção enviada por esta Assembleia Municipal sobre “Manutenção e Conservação do IP Três” e informam que a mesma foi remetida para o Gabinete do Excelentíssimo Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, face à delegação de competências existente. -----
- O Senhor Deputado João Paulo de Loureiro Rebelo (PS), solicitou, esclarecimento sobre a eleição de quatro elementos à Comissão de Protecção de Menores, que decorreu na Sessão Ordinária desta AMV realizada em vinte e três de Novembro de dois mil e nove. ---
- O Senhor Presidente da Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco, remeteu a esta AMV, via e-mail parecer sobre a eleição dos representantes desta AMV para a CPCJ Viseu. -----
- A Senhora Deputada Florbela de Almeida Correia Soutinho (PSD), solicitou, via e-mail, a suspensão do mandato pelo período de um mês a partir de seis de Janeiro de dois mil e dez. -----
- O Grupo Parlamentar do PSD, remeteu a esta AMV lista com os nomes dos representantes à Comissão de: Educação, Desenvolvimento Regional, Saúde e Segurança Social. -----
- Os Senhores Deputados a seguir indicados remeteram justificação, via e-mail, das suas ausências à Sessão Ordinária desta AMV, realizada em oito de Janeiro de dois mil e dez: António José Santos Alves Lage Oliveira; Fernando Martins Machado; Jorge Anselmo Martins e José António dos Santos Esteves Correia. -----
- Solicitaram, via e-mail, a suspensão do mandato pelo período de um mês, a Senhora Deputada Maria de Fátima Coelho Ferreira e o Senhor Deputado António Fernando Correia de Campos, do Grupo Parlamentar do PS. -----
- **CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:** -----
- Foi dada autorização, por via oficiosa, aos Partidos Políticos, bem como às Entidades e Organismos que solicitaram a cedência do Salão desta Assembleia Municipal. -----
- Foram remetidos à Câmara Municipal de Viseu as Certidões e Deliberações em Minuta, tomadas em Sessão Ordinária desta AMV, realizada do passado dia vinte e três de Novembro de dois mil e nove. -----
- Foi dado conhecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, da “Proposta de Recomendação sobre baixa do impostos em geral”, apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP, na Sessão Ordinária da AMV, realizada em vinte e três de Novembro de dois mil e nove. - Foi remetido à Senhora Directora do Colégio da Imaculada Conceição, o “Voto de Louvor a esta Instituição”, apresentado pela Senhora Deputada Sofia Margarida Guedes de Campos Salvado Pires, do Grupo Parlamentar do PSD, na Sessão Ordinária da AMV, realizada em vinte e três de Novembro de dois mil e nove. -----
- Foi remetida ao Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicação, bem como ao Senhor Governador Civil do Distrito de Viseu, a “Moção, sobre uma intervenção urgente de manutenção e conservação no actual IP3 “, apresentada pelo Senhor Deputado



- Manuel Teodósio Martins Henriques, do Grupo Parlamentar do PSD, na Sessão Ordinária da AMV realizada em vinte e três de Novembro de dois mil e nove. -----
- Foi remetida ao excelentíssimo Senhor Ministro das Finanças e da Administração Pública, bem como ao Senhor Governador Civil do Distrito de Viseu, a “Moção, sobre incerteza sobre o encerramento da Segunda Repartição de Finanças de Viseu”, apresentada pelo Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, na Sessão Ordinária da AMV, realizada em vinte e três de Novembro de dois mil e nove. -----
 - Foi remetido, via oficiosa, à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Viseu relação dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal de Viseu, eleitos para a CPCJ Viseu, para o quadriénio vinte e três de Novembro de dois mil e nove. -----
 - Foi comunicado, via oficiosa, à Administração Regional de Saúde do Centro IP, o nome do representante desta AMV para o Conselho da Comunidade do ACES Viseu. -----
 - Foi comunicado, via oficiosa, à Assembleia Distrital de Viseu, o nome do representante desta AMV, para o quadriénio vinte e três de Novembro de dois mil e nove. -----
 - Foi remetida, via oficiosa, à Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, lista dos sete elementos representantes desta Assembleia Municipal. -----
 - Foram enviados postais de Boas Festas a diversas entidades e instituições.
- Foi enviado convite a todos os membros desta Assembleia Municipal para a “Ceia de Natal”, que se realizou no passado dia oito de Janeiro de dois mil e dez. -----
- Foi remetido ao Senhor Deputado João Paulo de Loureiro Rebelo (PS), o e-mail do Senhor Presidente da Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco, sobre a eleição dos representantes desta AMV para a CPCJ Viseu. -----
 - Foi dado conhecimento, por via oficiosa, aos alunos da turma B, do décimo segundo ano da Escola Secundária de Emídio Navarro, os dias em que o Senhor Presidente desta AMV estaria disponível para participar na “Conferência – Ciência e a História de Emídio Navarro”. -----
 - Foi remetido ofício ao Partido Social Democrata, a comunicar que a Senhora Deputada Florbela de Almeida Correia Soutinho pediu a suspensão do mandato pelo período de um mês, sendo convocado o Senhor Deputado Joaquim Lúcio Trindade Messias, para a Sessão Extraordinária da AMV de oito de Janeiro de dois mil e dez. -----
 - Foi convocado, via oficiosa, o Senhor Deputado Joaquim Lúcio Trindade Messias (PSD) para a Sessão Extraordinária da AMV de oito de Janeiro de dois mil e dez, em virtude de a Senhora Deputada Florbela de Almeida Correia Soutinho, ter pedido a suspensão do mandato pelo período de um mês. -----
 - Foi remetido ofício, ao Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, sobre a criação da Universidade Pública de Viseu, na sequência da reunião extraordinária desta AMV, realizada em oito de Janeiro de dois mil e dez. -----
 - Foi dado conhecimento do ofício remetido ao Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, sobre a criação da Universidade Pública de Viseu, às seguintes entidades: Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhor Governador Civil do Distrito de Viseu; Senhores Presidentes das Câmaras do Distrito de Viseu; Senhores Presidentes das Assembleias Municipais do Distrito de Viseu; Centro Regional das Beiras - Universidade Católica; AIRV; Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões; Associação Comercial de Viseu; Instituto Superior Politécnico de Viseu; Instituto Piaget de Viseu e Comunicação Social. -----
 - Foi remetida à Câmara Municipal de Viseu Certidão, devidamente rectificadas, sobre “Plano de Pormenor da Cava do Viriato e Áreas Envolventes”. -----
 - Foi enviado aos Senhores Presidentes das Assembleias Municipais do Distrito de Viseu, convite para jantar - reunião para o dia vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dez, pelas



vinte e trinta horas, para debate dos temas: Universidade Pública, Acessibilidades no Distrito e Combate às assimetrias regionais e à desertificação territorial. -----

- Foi remetido, via oficiosa convite, bem como respectivo draft, a todas os Agrupamentos de Escolas, convidando-os a aderirem à Assembleia Municipal Infantil dois mil e dez, subordinada ao tema “Ser Solidário, Promover a Inclusão”. Deste expediente também foi enviado, via e-mail, para conhecimento aos Senhores: Presidente da Câmara Municipal de Viseu; Vereadora do Pelouro da Educação da CMV; Presidente da CPCJ Viseu; Presidente da Frap Viseu e Deputados da AMV representantes da CPCJ Viseu. -----

- Foi endereçada Convocatória com a respectiva Ordem de Trabalhos, aos Senhores: Presidente e Membros desta Assembleia Municipal, Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Vice-Presidente e respectivo Executivo Municipal, convocando-os para a Sessão Extraordinária desta AMV que se realizou no passado dia oito de Janeiro de dois mil e dez. Igualmente foi remetida Convocatória com a respectiva Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária desta AMV que se realizará no próximo dia vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dez. -----

- Foi remetido a todas as Juntas de Freguesia deste Concelho, Editais da Sessão Extraordinária desta Assembleia Municipal, que se realizou no passado dia oito de Janeiro de dois mil e dez e da próxima Sessão Ordinária desta AMV que se realizará no dia vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dez, para afixação na sede das mesmas, bem como aos Partidos Políticos. Igualmente foi remetido a um jornal diário e a um semanário, para publicação. -----

- Foi enviada, via oficiosa, aos Lidares Parlamentares a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a actividade municipal e situação financeira do Município. -----

- Foi remetido ao Partido Socialista ofício a comunicar que a Senhora Deputada Maria de Fátima Coelho Ferreira e o Senhor Deputado António Fernando Correia de Campos solicitaram a suspensão do mandato pelo período de um mês, a partir de vinte e cinco de Fevereiro de dois mil e dez. Comunicando que os mesmos foram substituídos da Senhora Deputada Fernanda do Sul Ferreira e o Senhor Deputado Alexandre João Oliveira Gonçalves dos Santos, respectivamente. -----

- Foram convocados, via oficiosa, a Senhora Deputada Fernanda do Sul Ferreira e Senhor Deputado Alexandre João Oliveira Gonçalves dos Santos, do Grupo Parlamentar do PS, em virtude da Senhora Deputada Maria de Fátima Coelho Ferreira e Senhor Deputado António Fernando Correia de Campos terem pedido a suspensão do mandato pelo período de um mês, a partir de vinte e cinco de Fevereiro de dois mil e dez. -----

- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA, após a verificação das faltas dos Senhores Deputados acima referenciados e tendo verificado a existência de quórum, deu início à Sessão dizendo o seguinte: “Boa tarde a todos, peço o favor de se sentarem para darmos início à nossa Sessão Ordinária. Antes de mais, cumprimentar todas as Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara Senhores Vereadores, os Senhores Jornalistas. Referir também aqui a presença, a assistirem à nossa Sessão, dos alunos da Escola Profissional do CESAE, que queria cumprimentar também e cumprimentar o público presente. Vamos dar início à nossa Sessão da Assembleia Municipal, começávamos já por aprovar as duas actas que temos pendentes. Tenho aqui para pôr à discussão a Acta de catorze de Outubro de dois mil e nove, portanto, que é a acta referente à Tomada de Posse, pergunto se alguma das Senhoras, ou Senhores Deputados se têm alguma questão a levantar em relação a esta Acta. Não tenho nenhuma inscrição, vou pôr à votação. A Acta foi aprovada por unanimidade. Ponho agora à discussão a Acta de vinte e três de Novembro, da nossa Sessão Ordinária. Pergunto se alguma das Senhoras ou Senhores Deputados se têm alguma questão para levantaram em relação a esta Acta. (Neste momento alguém falou da



bancada parlamentar, o que não é audível). A prática, para as pessoas que estão pela primeira vez na Assembleia, que costume seguir é, sempre que recebam a Acta e tenham alguma questão, algum erro dos serviços no entendimento das gravações, tomem logo a iniciativa directa de falar com a Dona Alzira. Em relação à Acta, se estivessem de acordo, aprovámo-lo como está assim, se houver alguma questão, às vezes uma vírgula, ou uma palavra mal escrita, seja o que for, façam chegar aos serviços para correcção, para a Acta ficar o mais correcta possível. Depois desta questão, pergunto se há mais alguma questão que queiram levantar, então vou pôr à votação. *Também foi aprovada por unanimidade.* Antes de entrarmos no Período de Antes da Ordem do Dia, tinha aqui só algumas informações para dar. Na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal que realizámos no início de Dezembro, eu fiquei mandatado para enviar uma carta ao Senhor Ministro da Ciência e do Ensino Superior. Só para referir que essa carta circulou por todas as bancadas que deram o seu assentimento, foi enviada para o Senhor Ministro no dia catorze de Janeiro e é para dar conhecimento às Senhoras e Senhores Deputados, que até ao momento, a Assembleia Municipal ainda não recebeu, qualquer resposta, nem um ofício a acusar a sua recepção, mas portanto, ela seguiu dentro daquilo que nós tínhamos combinado. A segunda informação que eu também gostava de dar, está tudo a postos para levarmos a cabo este ano a Sessão da Assembleia Municipal Infantil, portanto, que será a sua quinta edição, o tema este ano será “Ser Solidário e Promover a Inclusão”. À partida, vamos ter o pleno de todos os Agrupamentos, pelo menos, a fazer fé nas informações que já tenho, deveremos ter a Sessão mais participada, desde sempre, na Assembleia Municipal Infantil. O tema é extremamente interessante, portanto, está a ser organizado pela Mesa e pelos nossos representantes na Comissão de Protecção de Menores. A terceira informação que gostava de vos dar, prende-se com a Sessão do Vinte e Cinco de Abril. Eu penso que estaremos, mais ou menos, todos de acordo que este ano com a Comemorações do Cinco de Outubro, faria algum sentido que a nossa Sessão do Vinte e Cinco de Abril fosse subordinada ao tema do Centenário da República, portanto, se estiverem de acordo seria este o mote. Obviamente, que cada um dos Senhores Deputados é livre, depois de abordarem os assuntos na Sessão, eu irei, à semelhança do que já fizemos noutras ocasiões, formular um convite a uma personalidade para vir falar à Assembleia Municipal neste dia. Alguma figura de referência da República, mas a seu tempo, depois farei circular pelos Líderes Municipais o nome da pessoa que proporei. Estou a fazer a sonda a cinco, ou seis, para ver qual delas estará disponível para este dia, portanto, se estivessem de acordo seria isto. Agora, aceitaria, como é habitual, penso que seria de bom-tom mantermos a lógica da rotatividade das Sessões do Vinte e Cinco de Abril, designadamente nas freguesias rurais, pelo que, estarei receptivo depois, para alguma proposta de alguma freguesia que se queira candidatar a ser o local onde faremos a próxima Sessão de Comemoração do Vinte e Cinco de Abril. Se estivessem de acordo seria esta a metodologia que iria seguir. Em relação às alterações ao Regimento, eu tinha pedido aos Partidos para me fazerem chegar as alterações que tivessem, até agora ainda não recebi nenhuma. Eu faria o seguinte, não há pressa, até porque temos um Regimento em vigor, daria até ao dia cinco de Março, até ao final da próxima semana para me fazerem chegar as propostas de alteração. Depois, a partir do dia cinco de Março, promoveria a reunião da Comissão de Revisão do Regimento, para que isto ficasse concluído. Mais uma informação, hoje irei jantar numa reunião com os Presidentes das Assembleias Municipais do distrito, portanto, foi uma iniciativa que tomei que me pareceu adequada. Não há tradição, em mais de trinta anos do Poder Local, de alguma vez ter ocorrido uma reunião entre Presidentes das Assembleias Municipais do distrito. Depois iremos fazer essa reunião, numa perspectiva de concertar alguns dossiers que dizem respeito a todo o distrito. Será uma iniciativa, que depois não queria de viessem a saber dela a não ser pela minha voz, portanto, será hoje às vinte e trinta horas. Uma última questão, antes de entrarmos no Período Antes da Ordem



do Dia, eu reuni também com os Líderes dos Grupos Municipais e fizemos um acordo em relação às Comissões que iríamos criar na Assembleia Municipal. Por uma questão de agilidade, aquilo que eu iria propôr era que nós criássemos, e estou a fazer esta proposta em nome da Mesa e em nome dos Grupos todos que têm assento na Assembleia Municipal, que criássemos três Comissões: a Comissão de Educação e Cultura, a Comissão de Desenvolvimento Regional e a Comissão de Saúde e Segurança Social. Se estivessem de acordo, obviamente, que irei colocar à discussão e à votação, perguntava se algum dos Senhores se quer pronunciar sobre esta proposta. Não tenho ninguém, então iria colocar à votação. Foi aprovado por unanimidade. Por uma questão de solidariedade por aquelas Comissões que possam entrar já em funções, eu já mandei fazer os Autos de Posse, porque já todos os Partidos me indicaram de quem é que faz parte destas Comissões. Esses Autos de Posse estarão aqui com a Dona Alzira à disposição, para os Senhores Deputados à medida que forem tendo tempo, ao longo da Sessão assinavam o Auto de Posse, eu considerava já hoje empossadas as três Comissões, o que permitiria fazer já convocatórias das primeiras reuniões, eleger os presidentes, etc., assim, permitiria a toda a gente entrar em funções de imediato. Também pode ser, depois, talvez, no Período Antes da Ordem do Dia faríamos a chamada e as pessoas assinavam o Auto de Posse, também é uma boa sugestão. Estas são as informações que eu tinha para dar neste Período Antes da Ordem do Dia e iríamos então, agora passar ao PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA, já tenho algumas inscrições, daria já a palavra ao Senhor Deputado Diamantina Santos, Senhor Presidente da Junta... Não sei se está presente. Se não está, então daria a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio”. -----

- UM – SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD) – Solicita o uso da palavra para intervir do seguinte modo: “Senhor Presidente, a minha razão para a vinda aqui é apenas para colocar duas questões e levantar aqui, mais uma vez, duas situações que são deveras importantes para Viseu e para região, no fundo, saber o ponto da situação das *démarches*. Relativamente a uma delas, que teve a oportunidade de se referir, tinha a ver com a Universidade Pública, mas reiterava aqui, qual o ponto da situação, em termos da Moção que foi enviada ao Senhor Ministro das Obras Públicas, relativamente à requalificação urgente do actual traçado do IP Três que, como sabe, independentemente da construção da auto-estrada, ou não, é um troço para manter, é um troço alternativo, até porque, como sabemos, que a vir ser construída a auto-estrada, é uma auto-estrada com portagem, o que quer dizer que, obriga a que haja uma alternativa gratuita. Ao Senhor Presidente da Mesa, punha a questão para saber se efectivamente, há alguma resposta a estas solicitações, já lá vão algumas semanas. Nós, propositadamente, aqui não quisemos pôr *timings*, mas pelo menos, se foi dado algum sinal de vida. Ao Senhor Presidente da Câmara, aproveitava a oportunidade, para também, sobre está matéria, se há mais algum desenvolvimento que entenda, por bem, transmitir a esta Assembleia. São dois assuntos que são extremamente prementes e que nós, obviamente, não os iremos esquecer com o passar dos dias, das semanas, dos meses, que vierem a ser necessários. Muito obrigado”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar diz: “Muito obrigado Senhor Deputado. Obviamente que, o Senhor Deputado colocou-me duas questões, responderei com gosto. A prática da Mesa é sempre que quando as Moções são apresentadas, são enviadas de uma forma rápida. Sempre que vão para os Membros do Governo é dado conhecimento ao Senhor Presidente da Câmara e ao Senhor Governador Civil. Em relação à questão da Universidade Pública já informei a Assembleia de que não tive, até este momento, nenhuma resposta da parte do Senhor Ministro da Ciência e do Ensino Superior. Em relação à questão do IP Três exactamente o mesmo, portanto, foi enviado, mas ainda não tive nenhuma resposta do Senhor Ministro das Obras Públicas, portanto, a informação está dada. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Jorge Adolfo”. -----



- DOIS – SEMHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS) –

No uso da palavra diz o seguinte: “Eu gostava de dividir aqui a minha intervenção que será muito breve, em duas partes. Uma delas, referente à situação que ocorreu muito recentemente na nossa cidade, no Centro Histórico de Viseu, com a derrocada de parte de um edifício da Rua da Senhora da Piedade e que, infelizmente, desalojou um conjunto de habitantes daquele prédio e que resultou, não só na degradação do edifício, do imóvel, que é um imóvel particular, como também, das fortes chuvadas, da intempérie que se tem abatido sobre a Península Ibérica e no nosso país em particular. Evidentemente que, existem um conjunto de razões, que nós todos conhecemos, para a degradação do parque habitacional daquela zona da nossa cidade e do nosso concelho, evidentemente que, existem responsáveis directos e indirectos que estão identificados. Existe um historial que também todos conhecemos, nomeadamente, tem a ver com a Lei das Rendias, etc. Contudo, ficamos alarmados com notícias que saíram hoje na comunicação social local, de que existem, pelo menos, quinze outros edifícios em situação extremamente degradada, em perigo de ruir. Edifícios degradados, há uma série deles no centro histórico e até fora do Centro Histórico. Nós já identificámos aqui, e aproveitamos uma área crítica da cidade, com o voto, praticamente, unânime de toda a Assembleia Municipal, ainda no mandato anterior, mas esta situação torna-se extremamente grave, porque existem, no caso concreto foram seriamente afectadas pessoas, alguns até estrangeiros, que se encontram aqui a trabalhar na cidade. O que eu gostaria de questionar ao Senhor Presidente da Câmara é: Em que ponto de situação podemos avaliar, não a situação que já ocorreu, infelizmente, mas nesses outros casos que estão perfeitamente identificados, pelo que saiu hoje no Jornal Diário Regional, eram mais quinze situações de perigo iminente de derrocada, portanto, se neste momento a Câmara Municipal através dos seus serviços competentes, se diligenciou alguma acção com vista a prever e a tentar solucionar, enfim, essa iminente derrocada. Eu gostava de saber, gostávamos de saber, o que é que a Câmara, em termos de resposta, da reacção já está a fazer. Sabemos que é uma situação anómala devido à intempérie, mas também sabemos que o Centro Histórico de Viseu está, infelizmente, doente, tem problemas de diversa ordem que nós todos já aqui identificámos. O segundo ponto que eu queria abordar é uma Moção, que eu posso facultar um exemplar à Mesa, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista pretende apresentar a esta Assembleia. E embora sendo uma Moção do Grupo Parlamentar, nós desejamos que se associem todos os Grupos Parlamentares, estou certo que sim, eventualmente, com alguma correcção do texto e que é o seguinte, portanto, a Moção vou lê-la na íntegra: Moção – O Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Viseu expressa profundo pesar pelas vítimas do violento temporal que se abateu sobre o Arquipélago da Madeira, no passado sábado, dia vinte de Fevereiro. Afirmamos a nossa total solidariedade aos nossos concidadãos madeirenses, particularmente às populações mais atingidas do Funchal. Expressamos um voto de reconhecimento pela acção determinada de resposta à catástrofe empreendida pelo Governo Regional, em coordenação com o Governo da República, Autarquias, Protecção Civil, Forças de Segurança e Militares, Instituições de Solidariedade Social e Voluntários. Estamos certos que os madeirenses conseguirão ultrapassar este momento particularmente difícil das suas vidas, com esperança e determinação. Data de hoje e portanto, deixo à Mesa e deixo à sala a apreciação desta Moção. Muito obrigado”.

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “muito obrigado Senhor Deputado. Parece de facto uma Moção de grande oportunidade que eu sugeria, se estivessem de acordo, que fosse transformada, se os Grupos Parlamentares estivessem todos de acordo, como uma proposta da Assembleia Municipal de Viseu, porque assim envolveríamos todas as pessoas presentes e penso que ficava com um significado mais profundo. Perguntava se alguns dos Senhores Deputados se quer



pronunciar. O Senhor Deputado Manuel Teodósio pediu para usar da palavra, faça o favor tem a palavra”. -----

- **TRÊS – SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓDIO MARTINS HENRIQUES (PSD)** – Solicita o uso da palavra para dizer o seguinte: “Senhor Presidente, só para dizer que, obviamente, o Grupo Parlamento do Partido Social Democrata se associa e se revê nas linhas traçadas e propúnhamos que pudéssemos de alguma forma concretizar aqui, de uma forma mais sentida, com um minuto de silêncio”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Perguntava se há alguma correcção que queiram fazer aqui à proposta, portanto, ela ficava assumida como uma Moção da Assembleia Municipal de Viseu e depois, seria transmitida ao Governo Regional da Madeira. Penso que estarão de acordo com o texto não é? Eu vou pô-la à votação. *A Moção está aprovada por unanimidade.* Então, proponha que fizemos um minuto de silencia pelas vítimas. Dou agora a palavra ao Senhor Deputado Diamantino Santos, Senhor Presidente da Junta de Coração de Jesus”. -----

- **QUATRO – SENHOR DEPUTADO DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CORAÇÃO DE JESUS (PSD)** – Pede a palavra para dizer o seguinte: “O que aqui me traz é uma preocupação, obviamente, julgo eu, de todos os viseenses, e nós em particular enquanto Presidente da Freguesia de Coração de Jesus toca-nos muito de perto, porque tem a ver com uma infraestrutura que está no nosso território. Refiro-me às notícias que têm vindo amiudadamente na comunicação social e todo o comentário que está à volta deste assunto e que é, de facto, o previsível encerramento da Segunda Repartição de Finanças, comumente reconhecida como Viseu Dois. É para nós uma novela já com algum tempo e que nos deixa muito preocupados e consternados, porque a ser verdade aquilo que por aí se fala, é mais uma machadada no Poder Local, é mais um desrespeito para com a relação de proximidade com os portugueses, nomeadamente, o desrespeito com que nos tratam a nós, as pessoas do interior. Naturalmente que o encerramento, a ser verdade, daqueles Serviços penaliza sobremaneira Viseu e os viseenses. Como é que nós vamos, por exemplo, responder à possibilidade de desemprego de vinte e três funcionários que lá trabalham? Como é que nós vamos responder aos habitantes e aos comerciantes daquela zona, que com as expectativas colocadas com aqueles Serviços para lá se deslocaram e lá fazem o seu meio de vida? Como é que nós vamos responder à possibilidade de desertificação daquele lugar? E é engraçado que o Partido Socialista se preocupa muito com a desertificação do centro histórico, não estarão a fazer a mesma coisa naquele local com esta possibilidade? Veja-se uma coisa, e pelas informações que nós tirámos, estamos a falar de um Serviço que atende, ou que serve dezasseis freguesias das trinta e quatro do concelho. Estamos a falar de um Serviço, que como disse atrás, tem vinte e três funcionários. Estamos a falar de um Serviço que atendeu cinco mil e oitocentos utentes até hoje, desde o início do ano, e portanto, não vemos razão para o encerramento destes Serviços. A questão da convergência de serviços levanta outra questão que é o seguinte, ganharemos nós eficácia com essa fusão? Eu pergunto a todos vós se olharmos o espaço que porventura pretendem requalificar, é a Primeira Repartição, eu pergunto, e até pela experiência própria: Haverá eficácia naquele edifício para responder às trinta e quatro freguesias, aos utentes das trinta e quatro freguesias do concelho? Haverá porventura, numa zona densamente povoada, facilidades de estacionamento para quem se queira deslocar no seu automóvel? Eu recordo-me no tempo em que era servido pela Viseu Um, as infundáveis horas que eu ali passava à espera de ser atendido. Ao invés, sei da facilidade com que hoje sou atendido na Viseu Dois e portanto, não me parece a mim que seja, de facto, uma opção correcta o encerramento daqueles Serviços. Custa-nos também aqui saber, que porventura, esta solução tenha partido de pessoas responsáveis pelos serviços locais. Custa-nos, de facto, pensar nessa possibilidade, só podem ser pessoas que não pensam, ou que não se



preocupam com o desenvolvimento do interior do país, que ao contrário, se calhar, preferem em termos de estratégia, um país perfeitamente deslocalizado para o litoral e a funcionar a duas velocidades. Eu recorro, por exemplo, numa das últimas Assembleias, mais concretamente, na Assembleia de vinte e três de Novembro último, a intervenção do Senhor Alberto Ascensão a propósito destes Serviços e da confiança que teria em que eles não iriam ser encerrados. Senhor Deputado, parece que infelizmente não vai ter razão e as coisas caminham para uma tragédia, eu posso dizer mesmo, uma tragédia para Viseu e para nós viseenses. Pelas informações que hoje temos custa-me muito saber que o mais alto representante no distrito do Governo Central tenha, porventura, afirmado que não conhecia nada sobre esta situação, Então, a comunicação social sabe mais que o alto representante do Poder Central aqui na nossa terra? Fico, de facto, profundamente chocado com estas coisas e nesse sentido, enquanto viseense, enquanto Presidente da Junta de Freguesia do Coração de Jesus, enquanto Membro desta Assembleia, eu iria propôr, Senhor Presidente da Mesa, uma Moção para ser votada aqui neste plenário e que passaria a ler se me permite: **Moção** – No reforço da decisão tomada nesta Assembleia, em vinte e três de Novembro último, que aprovou por unanimidade uma Moção sobre a matéria em causa e considerando o inegável prejuízo para Viseu e para os viseenses, que irá ser o encerramento da Repartição de Finanças Viseu Dois, infelizmente já antecipada pela comunicação social e também pela resposta dada pelo Ministério das Finanças a um requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, na Assembleia da República, o Grupo Parlamentar deste Plenário, do Partido Social Democrata apresenta à Mesa a presente Moção, repudiando em absoluto o encerramento da Segunda Repartição de Finanças de Viseu, solicitando em simultâneo que a mesma seja levada ao conhecimento do Senhor Governador Civil do Distrito de Viseu, enquanto representante local do Poder Central e ao Senhor Director Geral das Finanças, para que digam com clareza aos viseenses, o que o Governo pretende fazer com aqueles Serviços, sem esquecer que Viseu quer manter a sua Segunda Repartição de Finanças. Mais solicitam a todos os Deputados eleitos pelo Círculo de Viseu, à Assembleia da República, que se constituam, independentemente das forças partidárias que representam, num grupo de pressão pelos interesses de Viseu, e que de viva voz e em uníssono, se comprometam em todas as Instâncias Tutelares, a defender os superiores interesses de Viseu e seus habitantes. Muito obrigado”.

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz: “Muito obrigado Senhor Deputado. Vou pôr a Debate, eu só sugeria ao Senhor Deputado que, por uma questão de rigor, quando fala aqui em, “Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda” referisse também e do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, porque há, de facto, duas respostas que foram dadas, exactamente, iguais, uma aos Deputado do PSD eleitos por Viseu e outra a um requerimento apresentado pelo Bloco de Esquerda, portanto, foi no mesmo dia dada resposta aos dois requerimentos. Se estivesse de acordo eu acrescentaria aqui esta questão e portanto, e só para que toda a gente fique na posse de toda a informação a resposta, recordo-me de cabeça: “Por proposta do Director Geral dos Impostos, é intenção do Governo extinguir a Segunda Repartição de Finanças”. É exactamente, o texto da resposta que é dada. Está em debate esta Moção apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Coração de Jesus. Senhor Deputado Alberto Ascensão tem a palavra”.

- **CINCO** – **SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS)** – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Começaria por dizer ao Presidente da Junta de Freguesia de Coração de Jesus, efectivamente, eu não sugeri sequer pensar ter a ideia que não iria ser porventura esta situação, nem esta nem outra, não sugeri nenhuma. Estive agora a rever a minha intervenção na última Assembleia Municipal, peço que reveja aquilo que disse que eu disse não é mesmo assim. A nossa posição foi de apoio à



Moção que foi aqui apresentada pelo Deputado Bloco de Esquerda e a nossa posição é hoje exactamente a mesma, apoiamos integralmente a Moção que foi apresentada. Sem mais barulho e sem mais poeira relativamente a este assunto defendemos exactamente, como é dito na Moção, os viseenses por quem fomos eleitos. Deixamos aqui desde já o nosso apoio à essa Moção. -----

- **MESA** - Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos. -----

- **SEIS** – **SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RODRIGUES DOS**

SANTOS (CDS/PP) – Usa da palavra para dizer o seguinte: “Esta questão feita aqui pelo

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Coração de Jesus do possível encerramento

da Segunda Repartição de Finanças, é uma questão que nos deve preocupar a todos. E é

uma questão que já não vem de agora, é uma coisa que já tem vindo a ser falado amiúde,

já vem sido aprovada e o Governo e os Membros do Partido que sustenta o Governo na

Assembleia da República, têm vindo, nomeadamente os Senhores Deputados do distrito de

Viseu, do concelho de Viseu, a dizer que tal não vai acontecer, que não passa de uma

falácia e que isso não estará nos seus horizontes. O que é um facto, é que se volta assistir a

esta discussão e mais uma vez, como foi dito anteriormente, os Membros do Governo

desmentem, ou atiram para o ar dizendo que não sabem. Já por si é demonstrativo a falta

de entrosamento, ou de entendimento entre as estruturas do Partido Socialista e alguns

Membros do Governo, e se calhar, dentro do próprio Governo, mas isso já não nos

preocupa muito. O que é um facto, é que a concretizar-se, será uma perda grande para a

cidade, terá consequências objectivamente na Freguesia de Coração de Jesus, na zona

envolvente à Rua Alexandre Herculano, mas também é preciso perceber se há motivos

para que isso aconteça, se é apenas uma birra de alguém, ou se é apenas um

emagrecimento de serviços, porque nós temos estado aqui a assistir ao lançar de uma

poeira que visa no futuro próximo acabar com outros serviços. Temos que estar com

alguma atenção a isto, que isto pode ser lançado um tema para ver como as pessoas

reagem, para ver qual é adesão da população em geral e a seguir à Repartição de

Finanças, se calhar, vai uma conservatória, a seguir a conservatória vai um instituto

qualquer, vai uma delegação de um instituto governamental qualquer e nós continuamos a

ver o esvaziamento progressivo dos Serviços Centrais ligados aos Ministérios da cidade de

Viseu. Eu penso que não há grande sustentabilidade para este possível encerramento, se

formos a ver a Segunda Repartição de Finanças tem um volume superior de trabalho ao

da Primeira, em termos de localização também penso que está bem localizada, em termos

os meios humanos não me prenuncio, porque com certeza ambas terão quadros da mais

alta qualidade do nosso Estado. Agora, preocupa-nos e achamos que é extremamente

negativo, achamos que não há uma relação de custo/benefício que justifique esta medida.

Dar conta que realmente o CDS/PP na Assembleia da República fez uma pergunta

endereçada ao Ministério da Administração Pública sobre esta matéria. Como é natural, e

dado que o Governo tem trinta dias para responder e ainda não tivemos resposta, mas

queríamos dar conta desta situação e daremos conta também a Assembleia Municipal

quando obtivermos resposta. Como é óbvio, subscrevemos na integra a Moção aqui

apresentada, votaremos favoravelmente e dizer, mais uma vez, que vamos estar atentos,

porque estamos plenamente convictos que isto não passa do primeiro passo, primeira uma

tentativa para encerramento de outros serviços para a contínua justificação do distrito de

Viseu, neste caso até da cidade de Viseu, em termos da localização de serviços públicos e

isso preocupa-nos sobremaneira. Para terminar, leria aqui uma transcrição um artigo que

li noutro dia num jornal, um artigo de opinião dum alto Dignitário do Governo que dizia o

seguinte: “A administração desconcentrada do Estado tem que perceber que está ao

serviço dos cidadãos que existe por causa deles, só se justifica enquanto for factor positivo

para a qualificação das suas vidas e para a solução dos seus problemas”. Ora, aqui está a

resposta do Governo à preocupação do Senhor Secretário do Estado do Poder Local.



Muito obrigado. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio. -----

- **SETE** - **SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD)**

- Usa da palavra para proferir o seguinte: “A razão da minha vinda aqui, é de alguma forma, frisar algo de muito grave que se está aqui a passar. É que o Senhor Deputado do CDS/PP que me antecedeu, frisou algo muito importante e que eu queria ressaltar, que é a questão de que nada nem ninguém nos garante que não estejamos apenas no início de uma conjugação de não sei quantas mais situações como esta. Mas, o que é mais grave que isto tudo, é que esta situação, nós já a prevemos em Novembro, como se vê das contas das Actas desta mesma Assembleia, foram apresentadas e foram aprovadas as moções e, efectivamente, o resultado foi nulo. Isto é que é deveras preocupante. Mais preocupante ainda, quando por parte do Partido Socialista a única acção que vemos é que não tendo por onde vem a reboque, sim senhor, vota favoravelmente e pensa que tem o trabalho de casa feito. O Partido Socialista de Viseu não pode ter o trabalho de casa feito só com esta postura. O Partido Socialista de Viseu é suporte deste mesmo Governo, tem pessoas no Governo, tem o Governo Civil, tem muitas outras funções, a questão que se deve colocar agora aqui é de Novembro até agora, o que é que os Membros do Partido Socialista com cargos de responsabilidade acrescida no país e no distrito, fizeram até agora. E não veio aqui justificação rigorosamente nenhuma, porque efectivamente, votar moções apresentadas pelos outros Partidos aqui na Assembleia Municipal, isso parece ser de um partido minoritário e sabemos que, efectivamente, o peso eleitoral nas últimas autárquicas ainda deve pesar, mas é necessário, e Viseu também necessita de uma oposição responsável, e com uma oposição também forte. O regime democrático necessita de bons governos, também como necessita de boas oposições, oposições credíveis, e o que nós vemos é que há aqui um vazio, não há rigorosamente nada! Eu pergunto, o que é que os membros que Viseu tem no governo Civil fizeram em prol disto? Desconheço. O Governo Civil, pelo que foi aqui dito, o Governador Civil não tem ainda conhecimento desta situação, quando um Deputado do Partido Socialista na Assembleia da República garantia que não e agora vem há uns dias atrás dizer que, efectivamente, parece que terá havido alguma alteração e que vai fechar. Portanto, temos a confirmação que vai encerrar pela comunicação social, por um Deputado que nem sequer é do concelho de Viseu, mas eleito pelo distrito de Viseu do Partido Socialista na Assembleia da República. E, o Partido Socialista aqui de Viseu, não vem aqui ninguém. Venham cá dizer aos viseenses o que é que fizeram por esta situação de Novembro até agora. Rigorosamente zero, senão vierem aqui dizer a nova convicção é zero, e os viseenses ficam a saber que o vosso objectivo por Viseu é zero. Muito obrigado”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

- **OITO** – **SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE)** – No uso da palavra diz o seguinte: “O Bloco de Esquerda creio que

fez tudo o que lhe competia. Apresentámos duas Moções nesta Assembleia, na Assembleia anterior, portanto, em Abril do ano passado e em Novembro do ano passado, que foram aprovadas por unanimidade. O Deputado Pedro Filipe Soares do Bloco de Esquerda, apresentou, atempadamente, na Assembleia da República um requerimento questionando o Ministério das Finanças sobre se era verdade, ou não, esta intenção de encerramento dos Serviços de Finanças Viseu Dois. Lamentavelmente, este Deputado do Bloco de Esquerda esteve aqui na segunda-feira a anunciar aos trabalhadores desta Repartição de Finanças que o Governo tinha informado que, efectivamente, era verdade a fusão dos dois Serviços de Finanças. Eu trago aqui também uma Moção que deixo à vossa consideração, mas entes disso, gostaria de vos informar que o Deputado Pedro Filipe Soares apresentou hoje mesmo na Assembleia da República um projecto/resolução no sentido de apelar ao Governo para evitar este processo de fusão. Passo a ler a **Moção** – Um - Considerando que



o Ministério das Finanças decidiu encerrar o Serviço de Finanças Viseu Dois, através de um processo de fusão com o Serviço de Finanças Viseu Um, mostrando-se insensível às duas Moções que a Assembleia Municipal de Viseu aprovou por unanimidade, respectivamente em vinte e sete de Abril de dois mil e nove e vinte e três de Novembro de dois mil e nove, nas quais manifestava a sua oposição a esta medida proposta pelo Director Distrital de Finanças; Dois - A fusão dos dois Serviços de Finanças, a concretizar-se, traduzir-se-á, muito provavelmente, numa redução da qualidade do serviço, que no caso do Serviço de Finanças Viseu Dois era elogiado pelos contribuintes, apesar de prestada por apenas vinte e quatro funcionários (número inferior aos trinta e dois funcionários do Serviço de Finanças Viseu Um), para sensivelmente o mesmo número de utentes. Resultando ainda numa limitação da acessibilidade dos contribuintes das dezasseis freguesias, a maioria de zonas rurais ou periurbanas, que ali foram adstritas, agravada pelas dificuldades de estacionamento automóvel junto ao Serviço de Finanças Viseu Um; Três - O encerramento do Serviço de Finanças Viseu Dois será ainda um rude golpe para a dinâmica socioeconómica desta zona da cidade, em particular para os pequenos comerciantes que ali investiram as suas economias, precisamente devido à existência deste serviço público que funciona como âncora para os seus negócios: Quatro - A responsabilidade social que cabe às empresas em geral, mais depressa é de exigir os serviços do Estado e não se compagina com as justificações economicistas invocadas para esta fusão de serviços, como seja a de poupar no aluguer das instalações do Serviço de Finanças Viseu dois, com uma renda de apenas cinco mil euros; Cinco - As alternativas apresentadas para o encerramento do Serviço de Finanças Viseu Dois, nomeadamente, o atendimento na Loja do Cidadão e o recurso aos serviços electrónicos, também não vingam, na medida em que a extensão da Direcção-Geral de Contribuições e Impostos na Loja do Cidadão só tem capacidade para informar, pelo que, não tendo competência de decisão, encaminha os contribuintes para os Serviços de Finanças e a maioria dos utentes, provenientes de zonas rurais, onde predomina a população mais idosa. Não estará ainda habilitada para recorrer aos meios electrónicos de informação e comunicação. A Assembleia Municipal de Viseu reitera a sua oposição ao encerramento do Serviço de Finanças Viseu dois e apela a todos os partidos com representação parlamentar na Assembleia da República para votarem favoravelmente os projectos de resolução que surgiram na Assembleia da República no sentido de contrariar a fusão dos Serviços de Finanças Viseu Um e Dois. Viseu vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dez”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Deputado. Temos duas Moções em debate. De qualquer maneira, eu permitia-me só para que os Senhores Deputados fiquem com os dados, não irei intervir sobre esta matéria, porque são conhecidas as posições que já tomei sobre a matéria. Para que fique bem claro, há uma resposta do Governo que está disponível no site da Assembleia da República que especificamente diz aquilo que eu vos li há bocado. “Por proposta do Director-Geral de Impostos irá ser distinta a Segunda Repartição de Finanças”. Isto é o que é dito no texto da resposta a uma pergunta colocada pelos quatro Deputados do PSD na Assembleia da República e a uma outra questão colocada pelo Bloco de Esquerda. Foi no dia dezassete de Fevereiro que a resposta foi tomada pública no site. Eu, por exemplo, só tomei conhecimento esta terça-feira. Há uma proposta que foi feita aos nove Deputado eleitos por Viseu, no sentido de subscreverem o mesmo projecto de resolução, que vise impedir o encerramento da Segunda Repartição de Finanças. Até este momento, essa proposta mereceu o acordo dos quatro Deputados do PSD e do Deputado do CDS/PP. Ainda não houve nenhuma resposta por parte dos Deputados do PS. A expectativa que se tem é que, efectivamente, todos os Deputados eleitos pelo círculo eleitoral de Viseu, se venham a unir em torno de um projecto de resolução que obrigue o Governo a não fazer o encerramento. Para que fiquem todos os dados, porque, às vezes,



dizem-se só as meias coisas e os Senhores Deputados não ficariam com toda a informação necessária para poderem fazer a vossa avaliação em relação a esta matéria”. De imediato dá a palavra ao Senhor Deputado Paulo Pereira. -----

- **NOVE - SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PSD) -**

Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “À medida que se adensam as informações sobre este facto mais facilmente podemos retirar conclusões e ilações. Eu não queria deixar de transmitir de uma forma factual o que aconteceu. Tenho aqui a Acta da Assembleia Municipal de Viseu que foi realizada em vinte e sete de Abril e não em Novembro, como penso que foi referido por lapso, pelo Professor Diamantino. Na acta da Assembleia de vinte e sete de Abril de dois mil e nove, a intervenção do Senhor Deputado Alberto Ascensão, que veio aqui há pouco, e se referiu sobre assunto. “Não se trata ainda de uma decisão, trata-se de uma proposta de um quadro intermédio da administração fiscal por conseguinte, vale o que vale”. Mais a frente, “trata-se de uma possibilidade de através de uma proposta de alguém que não tem poder de resolver”. Mais à frente, “há uma proposta por alguém que não tem poder decisório no sentido de ser reformulado o serviço que poderá trazer prejuízos para a população”. Obviamente que, o Grupo Parlamentar do PS, para contextualizar estas intervenções foram feitas no âmbito de uma proposta do Bloco de Esquerda, de uma proposta de moção do Bloco de Esquerda, precisamente, contra o encerramento da Segunda Repartição de Finanças em Viseu. Obviamente que o PS votou favoravelmente, conforme como foi já dita, nesta proposta, mas relembramos, que só votou favoravelmente quando a proposta de moção foi alterada, porque a anterior Deputada do Bloco de Esquerda apresentava, na sua proposta e estava redigida relativamente ao encerramento do Serviço de Finanças Dois. Depois por um preciosismo levantado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, teve que ser introduzida a palavra eventual, portanto, é um eventual encerramento dos Serviço de Finança e só com o eventual é que o Partido Socialista votou favoravelmente. Tenho aqui as actas quem quiser pode consultar, além do facto de que elas são públicas. Agora o eventual deixou de existir, se todos antes tivessem realizado esforços no sentido de em conjunto contrair esta situação, se calhar, teríamos chegado a outra solução que não esta pelos vistos já está perfeitamente definida É também de salientar que sendo a decisão tomada publica no dia dezassete de Fevereiro, ainda ontem o Governador Civil referia que teve desconhecimento total do facto, portanto, estamos a dezassete, já passou mais que uma semana, há aqui alguma distracção, realmente, que é importante salientar e relevar. O facto de os Deputados do PSD, o próprio Deputado do Bloco de Esquerda, apresentarem propostas contra este encerramento é de salientar, e mais ainda, é facto de que estas propostas não são acompanhadas por nenhum movimento do Grupo Partido Socialista, portanto, é isso que está perfeitamente em causa. Revela mais uma vez que não há uma preocupação com a defesa dos interesses legais. Os Senhores Deputados que foram eleitos pelo distrito de Viseu, não têm uma efectiva preocupação com a resolução dos problemas do local que os elegeu. Se calhar, também é de lembrar aqui que em termos concelhios, o Partido Socialista, a sua Concelhia está sem Presidente, ou com Presidente interino, não sei, terão que me explicar melhor. Isso, se calhar, também contribui para o desnorte que se verifica. É de salientar o facto que os Senhores Vereadores eleitos para a Câmara Municipal têm vindo sucessivamente a abandonar o cargo, ou desistir, renunciar ao cargo para que foram eleitos, o primeiro da lista, o terceiro da lista, o quarto da lista, o quinto da lista, e não sabemos o que vai fazer, mas é o que tem vindo a acontecer. Mais uma vez constatamos aqui o que se passa no Partido Socialista em Viseu. Muito obrigado”.

- **MESA –** Dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----

- **DEZ – SENHOR DEPUTADO JOAO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS) –** Usa da palavra e diz: “Eu por questões profissionais vim atrasado, mas apanhei ainda o tema que se está a discutir. Apanhei a intervenção do Senhor Deputado Manuel Teodósio já a meio.



Não precisaria de ter pedido algumas informações aos meus colegas de bancada para, enfim, perceber qual é a estratégia, que enquadramento é que se quer dar a esta matéria, que também não surpreende, porque não traz nada de novo ao que é habitual. Quando matérias deste género estão aqui a ser discutidas nesta Assembleia ao que é habitual assistir-se? E o que é habitual? É habitual esta permanente intenção do PSD demonstrar que o Partido Socialista, não defende os interesses do concelho de Viseu e apenas de uma forma amorfa e sem pensamento, digamos, segue o que são as directrizes do Governo, no caso, evidentemente, apoiado pelo Partido Socialista. Já na Última Assembleia Municipal o disse e também tem sido reiterado pelo Partido Socialista nessa Assembleia, que uma mentira dita muitas vezes pode levar as pessoas a pensar que se está a dizer a verdade. Isso não é verdade e não é verdade como está demonstrado, aliás a última intervenção que foi feita neste púlpito, eu sinceramente fiquei um bocadinho baralhado a determinada altura, porque estivemos a discutir tudo menos a questão concreta. Aproveitamos para fazer aqui algumas considerações sobre o que é a vida do Partido Socialista na concelhia de Viseu, que é pública de resto, é sabido. Há uma Comissão Administrativa a gerir até as próximas eleições, não vejo o que é que isso possa contribuir para a discussão. O que é que são os factos? Nós tivemos na data que referiu há pouco uma tomada de posição nesta Assembleia e à data, havia de facto, como toda a gente sabe uma intenção, uma proposta do Senhor Director-Geral das Finanças. Muito bem. Votou-se a Moção da forma como se votou, de forma inequívoca, não houve abstenções, foram votos favoráveis a essa Moção. Agora há uma situação já aparentemente mais definitiva. O Partido Socialista considera que é um erro fechar a Segunda Repartição de Finanças. Eu não assisti à intervenção do meu colega de bancada, Alberto Ascensão aqui fez, mas calculo que o tenha deixado claro, somos contra o encerramento da Segunda Repartição de Finanças. Eu não sei, eventualmente, qual é a prática do Partido Social Democrática, enfim, como é que gerem internamente as questões, portanto, quando o PSD está no Governo. Há capacidade de influência? Eventualmente haverá. Há capacidade de dar uma perspectiva e de fazer chegar o que são sensibilidades? É evidente que sim. Agora não é, nem a Concelhia do Partido Socialista em Viseu, nem os Deputados eleitos pelo distrito de Viseu, que decidem matérias orgânicas e de organização de qualquer serviço do Estado. Isto parece-me óbvio. Eu não consigo resistir, acho que é um caminho errado, mas enfim, assumo desde já o erro, porque não consigo resistir a fazer aqui o comentário de que o PSD devia ser, provavelmente, os elementos do PSD aqui presentes nesta Assembleia, se tivessem alguma memória não fariam desta maneira. Há uns anos que já não estão no Governo, é um facto, desde mil novecentos e noventa e cinco, sabemos que tiveram aquele curto período de Governo, mas antes de mil novecentos e noventa e cinco e eu sou relativamente novo, mas lembro-me bem do que foi a concentração e a fuga de serviços públicos da nossa cidade, do nosso distrito. Eu julgo que maior parte das pessoas aqui se lembra bem disso. Querem imputar, nesta altura, a responsabilidade ao Partido Socialista a darem ou a quererem passar a mensagem de que o Partido Socialista não defende os interesses, nada de mais errado. Defende, vota favoravelmente as moções, fazemos o que entendemos que temos que fazer. Aos Membros do Governo fazemos chegar pelos canais próprios e normais o que é a nossa sensibilidade e quero deixar aqui muito claro, o que inclusivamente já foi dito jugo que nesta Assembleia, mas internamente no Partido Socialista também, que haverá necessidade... Eu acho que só graves acessos de demagogia é que poderão evitar que as pessoas não pensam que nesta altura há que racionalizar meios, há que fazer políticas de eficiência, de eficácia da gestão dos recursos, isso acontece em todo lado. Agora, que fique claro que nós entendemos que há muito por onde racionalizar, há muito por onde poupar recursos, antes de chegarmos a estas soluções. Conhecemo-las no interior dos próprios Ministérios, no que são os Serviços Centrais dos Ministérios, portanto, o que entendemos é que percebendo que todo o país e todos nós



temos que fazer esforços, há quem tenha sido, e não é particularmente Viseu, é eventualmente o interior do país, há quem seja mais sacrificado e permanentemente mais sacrificado do que outros. E aí não podemos estar mais de acordo haverá muito que fazer na poupança de recursos e na rentabilização de recursos antes de chegarmos a uma repartição que presta um serviço que é público, que é notório e que é de valia aos contribuintes do nosso concelho. O Partido Socialista vai votar ambas as Moções apresentadas, favoravelmente e portanto, não nos conseguimos explicar melhor, somos contra o encerramento total, como qualquer um dos presentes nesta sala, contra o encerramento da Segunda Repartição de Finanças de Viseu. Entendemos que há necessidade nas nossas casas, na nossa Câmara Municipal, nas nossas Juntas de Freguesia, em qualquer lado, toda a gente hoje em dia... Julgo que sempre as pessoas procuraram fazer a gestão dos seus recursos da forma mais eficiente e da forma mais eficaz e entendemos que este é um erro e portanto, que não deve ser levado a diante. Agora, não se culpe os Membros desta Assembleia, aliás, nem se espere também, seria um erro entrarmos por aí, não o faremos, não se espere dos Membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista aqui, que venham responder pelos Deputados, por exemplo, do Partido Socialista eleitos pelo Círculo eleitoral da Viseu. Poderemos vir aqui, recorrentemente, fá-lo-emos, seguramente, prestar informações, ou dar informações, que eventualmente, saibamos de intenções, ou de iniciativas, ou de actividades que estejam em curso. Agora, não somos obrigados, como é evidente, a responder pelos Deputados eleitos pelo Partido Socialista. Solidários com as moções, solidários, que somos, os utentes da Segunda Repartição de Finanças e portanto, consideramos que é um erro. Faremos o que se entender, aprovaremos moções e trataremos da reivindicação pela continuidade pelo Serviço da Segunda Repartição de Finanças, tal como qualquer Membro desta Assembleia. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Paulo Pereira. -----

- **ONZE – SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PSD)** –

Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Vou ser muito rápido, é extremamente célere, só para repôr aquilo que considero a veracidade dos factos. Primeiro, nunca o PSD nas suas intervenções disse que o PS não estava contra o encerramento dos Serviços de Finanças Dois, aliás, o PS já estava contra o eventual encerramento, também certamente que virá estar contra o encerramento, portanto, sobre isso nunca nos ouviu nada contra a esse respeito. Vimos aqui dizer que há posicionamentos diferentes, se os deputados do PSD têm a possibilidade, e fazem-no, de tentar intervir e contrariar a situação, outros não o fazem, portanto, isso é um facto. Tudo aquilo que eu aqui referi são única e exclusivamente factos, só falei de factos. Estamos a falar de Deputados da Assembleia da República e tudo o que eu trouxe aqui foram factos, até é interessante que tenham introduzido no seu discurso, no discurso anterior, a palavra demagogia, porque poderia figurar nos livros como realmente de um discurso nesse sentido. Falamos aqui da capacidade de intervenção dos Deputados do PS. Vimos agora também, achamos engraçado, que seja aqui apontado o que aconteceu antes de mil novecentos e noventa e cinco, como o é responsável pelo tempo actual. Passaram já quinze anos, podemos ir buscar o Estado Novo também, obviamente que, tudo o que aconteceu no passado tem influência no presente. Era só isto que eu queria dizer”. -----

- **MESA** – Dá palavra ao Senhor Doutor Manuel Teodósio (PSD) -----

- **DOZE - SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PSD)**

- Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Muito obrigado. Se isto fosse a Assembleia da República e se eu fosse o actual Primeiro-Ministro diria ao Senhor Deputado João Paulo, oh Senhor Deputado como eu o compreendo muito bem. Eu sei que é muito difícil estar aí nesse sítio, compreendo perfeitamente, não são questões pessoais, obviamente, que estão aqui. Eu compreendo perfeitamente a dificuldade que tem em vir



aqui dizer alguma coisa, assistimos aqui a dez minutos aquecer o motor, portanto, pôs o carro a trabalhar, esteve a aquecer, a aquecer e depois mais uns minutos, a primeira não entrava nem a segunda, depois teve a necessidade de meter a marcha atrás, e foi buscar a quinze, dezasseis, dezassete, dezoito, dezanove vinte anos atrás o que se passava. O caminho faz-se para a frente, esse tempo já lá vai, já faz parte de outro milénio, de outro século, por isso eu percebo a sua dificuldade de que efectivamente, o repto que foi lançado, que foi tão simplesmente que viesse aqui dizer o que fizeram. Não foi dito rigorosamente nada, portanto, foi aqui um ocupar de tempo, uma retórica e depois, quando se tentou tirar a marcha-atrás, voltou outra vez a ponto morto e voltou a estar-se aqui a fazer o aquecimento dos motores. É óbvio, que percebemos a dificuldade que o Partido Socialista de Viseu vem hoje aqui dizer o que quer que seja, basta ver o que está acontecer neste momento no Partido Socialista de Viseu, não tem ninguém na Assembleia da Republica. Os Deputados do Partido Socialista na da Assembleia da República são todos de concelhos que não Viseu. Nós assistimos que a nomeação para cargos Viseu está a ser ultrapassado, Mangualde está a tomar a dianteira a Viseu. Nós estamos a perceber que é complicado, mas se for necessário também vamos buscar essas coisas todas. Agora, a questão em Abril, a eventual, nós percebemo-la muito bem, é que estávamos no período antes das eleições e por isso, a questão eventual do encerramento, já passaram as eleições, já se pode deitar fora o eventual e vamos, efectivamente, para a concretização. A questão de ir buscar o que o PSD fez ou não fez quando foi do Governo, já estamos fartíssimos de ouvir aqui. Isso, infelizmente, não conta rigorosamente para nada, não faz alterar rigorosamente nada, a história irá falar sobre isso, mas a questão que se põe aqui tão simples e eu volto a recordar, é o que é que o Partido Socialista de Viseu fez de Abril até agora, que foi feito em prol da defesa do não encerramento das Finanças Dois de Viseu, isso continua a não haver aqui rigorosamente resposta, não há actuação aqui dentro. A actuação aqui dentro é visível está nas actas, nem há necessidade sequer de estarmos a discutir. O que estamos dizer, é que as suas peças que estão no terreno, que ocuparam os lugares, efectivamente, o que é que foi feito? Isso continua a não ser dito rigorosamente nada e por isso, os viseenses continuarão a fazer a sua leitura correcta como o têm feito até aqui. Muito obrigado”. -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Ruas. -----

- **TREZE** – **SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD)** – No uso da palavra diz: “Com a brevidade que me costuma sempre caracterizar, costume ser sempre muito objectivo, Senhor Presidente, e é isso que pretendo fazer. Eu confesso que não era para intervir, pelo menos neste ponto, mas criou-me alguma confusão a tentativa de ter aqui um discurso coerente por parte do Deputado João Paulo, no sentido de dizer que isto parece-me até o que o Governo o que tem feito nos últimos anos que é, formalmente tem uma posição, materialmente parece que tem outra. Então nós assistimos aqui a um exercício muito interessante, quer dizer, nós somos contra, mas até compreendemos que é preciso racionalizar os recursos e é estranho que nós tenhamos sempre que racionalizar os recursos no interior do país. Nós não racionalizamos os recursos no litoral, em Lisboa, em Lisboa é que eu gostava de ver a racionalização de recursos e não vejo. Eu compreendo que o Deputado João Paulo está incomodado, isto custa, mas eu queria também dizer uma coisa ao Partido Socialista de Viseu que é o seguinte, o Partido Socialista de Viseu não pode vir, durante as autárquicas, dizer que o seu candidato fez uma série de obras, que são feitas pelo Governo e depois, quando as asneiras são feitas pelo Governo o Partido Socialista de Viseu já nada tem a ver com isso. Eu passo a mostrar, por acaso, até tenho aqui, com alguma curiosidade, que é o panfleto do candidato Miguel Ginestal, e aqui está elencado todo o tipo de obras que pelos vistos ele fez, mas são todas da responsabilidade do Governo. Portanto, o PS Viseu não pode querer ter benefícios quando os aspectos são positivos e depois, não querer ter, digamos assim, os prejuízos quando os aspectos são menos positivos. Acho que o Partido Socialista tem, se



calhar, muito a aprender com o Partido Social Democrata, relativamente à nossa posição quando estamos no Governo. Nós não somos seguidistas, não nos calam a voz, nós continuamos a lutar, porque primeiro estão as gentes da nossa terra. Viseu está sempre em primeiro lugar para nós. Disse”. -----

- **MESA** – Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado João Paulo tem três minutos. -----

- **CATORZE** – **SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS)** –

Usa da palavra para dizer o seguinte: “Hoje que até a nossa bancada está muito composta, eu espero que as pessoas até nem fiquem baralhadas, quem está assistir, até eventualmente, pela primeira vez a uma Assembleia Municipal, a pensarem que isto é uma coisa de gente que não tem o juízo perfeito. O que o meu amigo e Deputado Pedro Ruas aqui veio dizer foi exactamente o que eu disse, portanto, eu acho que o deixei claro, há muito sítio para onde começar a racionalizar e a redistribuir recursos e a gerir melhor com eficácia, basta entrar nos corredores dos Ministérios, portanto, isso ficou claro aqui e espero também que comecem, portanto, vir falar a esta tribuna e quando se dirigem ao Partido Socialista, dirigem-se evidentemente ao Partidos Socialista, mas tenham muito em conta o que são as posturas do Partido Socialista nesta Assembleia, que eu me parece, enfim, é evidente que sou, eventualmente, suspeito para avaliar, mas têm sido de grande coerência e sobretudo, nesta matéria de grande coerência. Votámos contra, fizemos, exactamente, o mesmo que o PSD, ou qualquer outro Partido nesta Assembleia fez. Aprovámos aqui uma Moção, que foi feita chegar e a quem de direito, portanto, fizemos exactamente o mesmo. Agora, se o Deputado Manuel Teodósio está a espera de me apanhar a mim, a mim, queira apanhar outros, eventualmente. A mim, Senhor Deputado Manuel Teodósio, não me apanha a dizer que o Partido Socialista governa segundo os interesses, ou as influências que as concelhias têm internamente no Partido Socialista. Não é a mim que me apanhará a dizer isso garantidamente. O Partido Socialista, espero que governe, e entendo que governa nos superiores interesses do que é o colectivo, do que são os cidadãos de Viseu, neste caso, entendamos. O PS o que aqui veio dizer foi o que fez, votou contra, portanto, votou a favor de uma Moção que opõe ao encerramento de um serviço. Agora, não me interessa rigorosamente nada a conversa que veio aqui fazer de Mangualde, que passa Viseu, de Viseu que passa Mangualde, aliás, eu também não posso deixar fazer ironia. Preocupe-se lá com o seu Partido, que pelos vistos há não sei quantos anos que não se entendem nos seus líderes primeiros, e portanto, deixe-nos aqui a tratar das nossas vidas locais sem interferências de terceiros. O Partido Socialista tem uma matéria clara, é contra o encerramento da Segunda Repartição de Finanças e como disse o Deputado Pedro Ruas, que eu já o tinha dito antes, agradeço que tenha concordado comigo, há muito por onde cortar, há muito por onde poupar antes de chegarem a Segunda Repartição de Finanças. Muito obrigado”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Vou pôr então à votação a proposta apresentada pelo Partido Social Democrata. *A Proposta foi aprovada por unanimidade.* Vou pôr agora a votação a Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda. *A Moção foi igualmente aprovada por unanimidade.* Dou agora de a palavra ao Senhor Deputado Pedro Ruas”. -----

- **QUINZE** – **DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHIO RUAS (PSD)** –

Intervém dizendo o seguinte: “Muito rapidamente, como é do conhecimento desta Assembleia, eu estou a representar esta Assembleia nos agrupamentos de saúde em termos do Conselho da Comunidade. Queria só prestar alguns esclarecimentos nesta Assembleia e dizer que embora não tenha tido reuniões até a presente data, uma vez que elas são semestrais, queria dizer que já comeci a fazer o trabalho de casa, nomeadamente na questão dos Cuidados Continuados. Tive o prazer e a honra de falar com o Senhor Provedor das Misericórdias precisamente para saber quais foram os critérios que tiveram



na base de decisão de exclusão desta Instituição. Uma Instituição que tem um peso enorme na nossa cidade e que tem feito muito pela nossa comunidade, e portanto, queria saber quais foram os critérios. Para mim, os critérios ainda não estão bem definidos, não estão bem determinados, continuo a aguardar informação, e portanto, era para dizer a esta Assembleia que vou estar atento e assim que houver informações vou ter e fazia questão de as trazer a esta casa. Por outro lado, queria lançar aqui algumas perguntas ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. A primeira era saber em que estados estão as Unidades de Saúde Familiares e também a Extensão do Centro de Saúde de Lordosa. Por outro lado, como estamos a falar de saúde, também gostaria de falar da saúde no nosso Centro Histórico e era para perguntar, uma vez tivemos cá o Senhor Secretário de Estado do Comércio, se ele trouxe algum medicamento, alguma receita que ajude também a revitalizar o nosso Centro Histórico, nomeadamente, aquela receita que ele há uma ano atrás trouxe cá, ao nosso concelho, que foi a deslocalização da loja do cidadão, precisamente, para o Centro Histórica. Disse". -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado Dário Costa, Presidente da Junta de Freguesia de São José. -----

- DEZASSEIS – SENHOR DEPUTADO DÁRIO DE ALMEIDA DA COSTA - PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO JOSÉ (PSD) – Usa da palavra para proferir o seguinte: “Como sabem, foi recentemente assinado um protocolo entre a Câmara Municipal de Viseu e o Ministério da Administração Interna para a criação de um Conselho Local de Segurança. Eu queria aproveitar, e não podia deixar passar esta oportunidade, para realçar aqui a assinatura deste protocolo, uma vez que ele veio dar resposta a uma zona em que deve merecer de todos nós a melhor atenção e o que mereceu de facto, da parte da Câmara Municipal, a qual fez um levantamento para que o protocolo que foi assinado, fosse aceite essa candidatura. Trata-se de uma zona que é preciso, de facto, ter em conta a segurança das pessoas, dos seus bens, e como representante da Freguesia de São José não podia deixar de me congratular com esta assinatura. Aproveitava também aqui o momento para solicitar ao Senhor Presidente outras informações que tenha que nos possa dar relativamente já ao seu funcionamento e também pedir-lhe, não sei se será possível, mas se fosse possível, não digo já, mas num futuro próximo, porque não um alargamento a outras zonas da cidade que também nos preocupam? Era só”. -----

- MESA – Dá a palavra ao Senhor Deputado António Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Boaldeia. -----

- DEZASSETE – DEPUTADO ANTÓNIO BAPTISTA NEVES - PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BOALDEIA (PSD) – Usa da palavra para intervir do seguinte modo: “Apesar de terem passado cerca de três meses sobre a realização do congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses nesta cidade, penso ser meu dever trazer a esta Assembleia algumas notas, uma vez que participei no mesmo em representação dos Presidentes de Junta, que nesta casa me nomearam para tal. Não irei falar sobre conclusões do congresso dado que todos vós, certamente, acompanhastes o decorrer dos trabalhos pela comunicação social. Gostaria no entanto de salientar, além da intervenção do nosso Presidente Doutor Fernando Ruas, onde confrontou o Primeiro-Ministro com descontentamento do poder autárquico em relação ao poder central e com a necessidade da revisão urgente da lei das finanças locais, a intervenção do Engenheiro Mário de Almeida, especialmente dirigida ao Engenheiro Sócrates, na sessão de encerramento do congresso, apelando à sua compreensão e sensibilidade na questão da limitação de mandatos, propondo até a realização de um referendo para saber o que pensavam os portugueses. A lei da limitação dos mandatos deve ser aplicada apenas aos autarcas ou a toda a classe política? Acha ele e penso eu que os resultados seriam uma surpresa para muita gente. Ao repto lançado pelo Presidente da Mesa do Congresso, o



Senhor Primeiro-Ministro não se dignou tecer qualquer tipo de comentário. Nós sabemos porquê. Senhor Presidente, Senhores Deputados, estamos orgulhosos por saber que o nosso Presidente da Câmara foi reeleito pela terceira vez consecutiva Presidente Nacional dos Municípios Portugueses e ainda mais, por ter sido reconduzido no cargo de forma incontestada quase pela unanimidade dos congressistas. É inegável o seu prestígio tanto a nível nacional como além fronteiras. É por isso lamentável que seja impedido, a partir deste mandato, de continuar a dar o seu contributo pela dignificação do poder local. As condições que a cidade de Viseu ofereceu ao cerca de mil autarcas portugueses a quem se juntaram os autarcas dos países da língua oficial portuguesa e as individualidades convidadas, foram para nós motivo de grande satisfação. Foi muito agradável ouvir os elogios dirigidos ao nosso Presidente da Câmara, à nossa cidade, às nossas unidades hoteleiras, à nossa restauração e até ao funicular, usado por muitos congressistas para chegarem aos restaurantes da zona histórica e a quem tive a oportunidade de acompanhar. A verdade é que se não existisse o Pavilhão Multiusos seria de todo impossível a realização, a todos os níveis impecável, de tal evento. Apesar daquele fim-de-semana chuvoso, os dias quatro, cinco e seis de Dezembro de dois mil e nove ficarão para sempre na história do nosso concelho. Muito obrigado”.

- MESA - Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira.

- DEZOITO – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Anteontem à noite uma casa degradada no Centro Histórico de Viseu, na Rua Senhora da Piedade, sofreu uma derrocada, como já aqui foi evocado, deixando sem tecto um casal de idosos e ainda sete emigrantes indianos e uma outra idosa. O Senhor Comandante dos Bombeiros Municipais, disse à comunicação social que só por milagre a derrocada não provocou vítimas e que o Município tem um mapa das casas degradadas, que por sorte ainda se matêm de pé. O Senhor Deputado Jorge Adolfo já aqui disse, eu não li, mas ele leu na comunicação social que seriam quinze. Milagres, sortes, isto de facto, é do domínio da metafísica e da abstracção, quer dizer, mas efectivamente, sorte teve um amigo meu que escapou à derrocada de uma casa no Largo Major Monteiro Leite. Há dois anos o telhado de um outro prédio no mesmo Largo também aluiu e por sorte também não matou um empregado de um estabelecimento do rés-do-chão. Numa outra habitação no mesmo Largo na esquina com a Rua do Arrabalde também foi vítima de uma derrocada de umas águas furtadas que por milagre também não se abateu sobre o locatário. Isto é um problema grave a nível Nacional, como de resto hoje vem no Jornal Nacional. O Bloco de Esquerda no seu programa eleitoral para as Legislativas propôs um plano Nacional de reabilitação urbana. Infelizmente no actual orçamento de Estado, o Governo não deu atenção a esta tarefa candente dando a este sector um valor irrisório. Há meia dúzia de anos atrás um estudo do Gabinete Técnico Local da Autarquia apontava para a existência de um terço das casas do Centro Histórico de Viseu, cerca de duzentas, degradadas ou em risco de ruína. A SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana, começou com vinte anos de atraso, e por este andar não vai ter mãos para apanhar os “cacos”. Ainda há poucos meses, moradores da Rua João Mendes, mais conhecida por Rua das Bocas, acordaram com um estrondo da derrocada do telhado da Casa das Bocas, um Solar com mais de duzentos anos que alcinhou aquela artéria devido às inusitadas gárgulas que ostenta no alto da frontaria. Também por sorte, um milagre, não caiu por cima de ninguém. Então, mas será que caminhar pelas Ruas de Viseu equivale a jogar à roleta russa? Não seria melhor a Câmara disponibilizar a todos os munícipes e já agora a todos os turistas que visitam o nosso Centro Histórico, o tal mapa das casas degradadas, a cores de preferência, para que possamos passar ao largo a correr pelos prédios assinalados a vermelho? Quantas são? Onde estão? Porque estão tantas casas degradadas na decadente jóia da coroa da nossa cidade, o Centro Histórico? São estas perguntas que gostaríamos de ver



respondidas. De resto, iremos formalizar no requerimento a apresentar ao Senhor Presidente da Assembleia para ser dirigido à Câmara Municipal, para sabermos, gostaríamos de saber quantos, quais são as que estão degradadas, as que estão em ruínas e, a quantas destas casas foi aplicada a majoração de trinta por cento da taxa do IMI. É certo que a Lei sessenta de dois mil e sete de quatro de Setembro, procedeu a alteração do Decreto-lei número quinhentos e cinquenta e cinco barra noventa e nove de dezasseis de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, atribui aos proprietários o dever da conservação com obras de oito em oito anos, mas também diz no ponto dois do artigo oitenta e nove, que a Câmara Municipal pode oficiosamente, ou a requerimento de qualquer interessado, ordenar a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas. Ou seja, cabe aos serviços municipais acompanhar e exigir o cumprimento daqueles requisitos, vistoriar, notificar os senhorios para efectuar reparações necessárias ou sanciona-las com uma taxa agravada do IMI.”-----

- MESA - Dá a palavra ao Senhor Deputado Jorge Martins. -----

- DEZANOVE – SENHOR DEPUTADO JORGE ANSELMO MARTINS – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CAVERNÃES (PSD) – Solicita o uso da palavra para dizer o seguinte: “Aquilo que me traz aqui é um assunto recorrente e penso que já foi aqui debatido e tem sido preocupação da Câmara, mas é uma preocupação, penso que de todos, mas particularmente da parte norte do concelho de que eu faço parte, que é a Estrada Nacional duzentos e vinte e nove. A Estrada Nacional duzentos e vinte e nove, em minha opinião, é desde logo um erro de concepção, está a ser um erro de execução, porque quem lá vai vê que aquilo, as obras, perdoem-me a expressão, mas é como as obras de Mafra, não andam nem para trás nem para a frente. Neste momento não se vê ninguém a trabalhar nelas, as obras estão paradas, os buracos estão à vista de todos, as pessoas estão constantemente a dar cabo dos pneus, a rebentar jantes, e, quando eu disse que é um erro de concepção, é-o pelo seguinte, em minha opinião, naturalmente, é-o em primeiro lugar, porque disse que aquela intervenção seria ligeira digamos assim, porque aquilo era mais uma rua quase urbana, e a minha pergunta é esta: Se é uma rua urbana, se se pretende que ela seja uma rua urbana porque vamos arranjar uma estrada alternativa, então andamos a suprimir bermas e as pessoas que se deslocam, ou que se deslocavam até agora ao longo da estrada, passam a ir por onde? Onde havia aquele terreno ao lado da faixa de rodagem, que as pessoas se deslocavam das suas aldeias, por exemplo, para a Zona Industrial do Mundão, que é o caso da minha freguesia que iam para a Zona Industrial do Mundão, que iam e vinham paras as fábricas a pé, neste momento com as bermas que ali foram postas, é impossível transitar a pé. Ora, há aqui um paradoxo, há aqui uma contradição, se estamos a dizer que é uma rua que passa a ser urbana e se estamos a suprimir bermas para as pessoas andarem a pé, penso que não fazem grande sentido. Aquilo que eu apelava, não sei se é preciso fazer um requerimento ou não, é que de facto, mais uma vez, eu sei que o Senhor Presidente da Câmara tem feito um esforço nesse sentido, que já conseguiu inclusive que viessem cá representantes, dirigentes do Instituto de Estradas mas, se fosse possível todos nós fazermos um *forcing* no sentido de ver se ainda é possível irmos a tempo de remediar e dotar a estrada de pelo menos de condições de que as pessoas necessitam, acho que era de todo interessante. E já agora, apelava também ao Senhor Deputado João Paulo, que ele disse que tem alguma facilidade nos canais porque pertence ao mesmo Partido que neste momento tutela o Instituto de Estradas, que usasse dessa influência. Eu tenho todo o prazer de o receber na minha freguesia, a si e aos responsáveis, porque, se calhar, se vissem *in loco* o estado em que está aquilo ir-me-iam dar razão. Seria um prazer, não tenho nenhuma dúvida, não estou com nenhuma demagogia que os seus interesses serão os mesmos dos restantes utentes da estrada e portanto, se calhar, se conseguíssemos todos fazer um esforço para



sensibilizar as pessoas responsáveis no sentido de ainda podermos alterar aquilo que de menos bom está feito, penso que era de interesse comum. Obrigado a todos.” -----

- MESA - Dá a palavra ao Senhor Deputado Tiago Pinhel. -----

- VINTE – SENHOR DEPUTADO TIAGO ANDRÉ DE ANDRADE COELHO PINHEL (CDS/PP) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Em sequência, um bocadinho do que foi a intervenção do colega, o Deputado Pedro Ruas, e fazendo o exercício inverso, vinha felicitar as Associações contempladas com as Unidades de Cuidados Continuados, as Freguesias onde essas Associações estão inseridas e naturalmente, o concelho, porque todos ficaremos a ganhar com a instalação destas Unidades em Viseu, e portanto partia por aí. É legítimo questionar o porquê de não terem sido outras contempladas, acredito que sim, é um direito seu, eu por mim prefiro agradecer e valorizar as Associações contempladas com estas unidades, e destacar, voltando um bocadinho àquilo que foi também a minha intervenção primeira nesta Assembleia, o papel da Autarquia, porque tem um papel importante e teve, nestes processos, e também o das freguesias, no caso específico àquela que eu pertencia na altura em que foi feita uma candidatura para a Freguesia de Rio de Loba, uma Associação da Freguesia de Rio de Loba, onde a Assembleia de Freguesia teve um papel importante e permitiu que a candidatura fosse em frente. Para além disso também, e outro exemplo, deixar aqui o meu agrado pelo lançamento da primeira pedra do Quartel dos Bombeiros. Finalmente está em construção. Muito obrigado.” -----

- MESA - Dá a palavra ao Senhor Deputado Pedro Ruas para um pedido de esclarecimento. -----

- VINTE E UM – SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD) – Pede para dizer o seguinte: “ Não é bem um pedido de esclarecimento, é para esclarecer, o que é diferente. Eu não fui aqui tomar partido por uma qualquer instituição... (Neste momento o Senhor presidente da Mesa interrompe a intervenção). -----

- MESA – o Senhor Presidente da Mesa do seu lugar diz: “Senhor Deputado se é para esclarecer não lhe dou a palavra. Desculpe, do ponto de vista regimental, o Senhor Deputado usou a sua prerrogativa de poder usar da palavra no Período Antes da Ordem do Dia. Senhor Deputado, só pode utilizar a figura... Tem várias figuras regimentais, não a de esclarecimento. Eu só posso dar a palavra ao Senhor Deputado se for para fazer um pedido de esclarecimento. Se for para a defesa da honra também não lhe darei a palavra, porque acho que não há procedimento nesta Assembleia, agora se for um pedido de esclarecimento faça o favor”. -----

- SENHOR DEPUTADO PEDRO NUNO PEREIRA DE CARVALHO RUAS (PSD) - Prossegue a sua intervenção dizendo: “É precisamente um pedido de esclarecimento, nomeadamente a esta Assembleia, se me ouviram a tomar partido por uma qualquer instituição aqui? Não, o que eu vim aqui perguntar, ou pelo menos informar a Assembleia, é dizer quais são os critérios, eu não estou a tomar partido por ninguém, antes pelo contrário, eu quero dizer que por mim, é a minha convicção, que ainda haveria espaço para uma quinta instituição ser contemplada com este programa. Portanto, era isso que eu queria solicitar a esta Assembleia que me respondesse então se não foi isso que eu vim aqui dizer. Muito obrigado Senhor Presidente.” -----

- MESA - Dá a palavra ao Senhor Deputado Tiago Pinhel. -----

- VINTE E DOIS – SENHOR DEPUTADO TIAGO ANDRÉ DE ANDRADE COELHO PINHEL (CDS/PP) – Usa da PALAVRA para responder à questão que lhe foi colocada, dizendo: “Simplesmente para dizer que não, eu próprio não referi o meu partido por nada, o que eu disse é que vinha fazer o exercício contrário, não vinha perguntar porque é que não foram atribuídas mas vinha felicitar as que foram contempladas. Apenas isso.” ---

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Eu peço a compreensão dos Senhores Deputados, há um Regimento para cumprir nesta



Assembleia Municipal e o meu papel é zelar para que esse Regimento seja cumprido e para que os Senhores Deputados possam usar da palavra com o princípio do contraditório, mas no respeito pelo Regimento. Seja de que Partido for, nunca terá a minha concordância quando esse Regimento não for honrado. Vou agora dar palavra ao Senhor Presidente da Câmara, como habitualmente, para responder a algumas questões que lhe foram solicitadas durante este Período”.

- VINTE E TRÊS - SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas, dizendo: “Eu gostaria de começar por esta última intervenção porque é fresquinha e gostaria de deixar aqui algum cuidado ao Senhor Deputado. Ainda ontem tratei deste assunto na Assembleia da Republica, e gostaria de lhe dizer que não entro na euforia da construção das Unidades de Cuidados Continuados, elas são bem necessárias, sem acautelar o financiamento. Como sabe, o fundo de socorro social é “chão que está a dar uvas”, ou que já deu uvas, e portanto, não iria mais de vagar. Por acaso, teve o cuidado de envolver a Autarquia com a parte de leão, foi quem cedeu os terrenos, portanto, neste momento, eu sei que teve e estou a fazer exactamente esse, digamos, a retribuição dessa posição, mas gostaria de dizer que nós estamos preocupados com o co-financiamento das Unidades dos Cuidados Continuados. É problema que nos passa um pouco ao lado, pese embora estejamos bem atentos, mas estamos bem preocupados. Queria dizer que há situações no concelho de projectos de financiamento a dois milhões de euros, que têm apenas setecentos e cinquenta mil da parte do Governo Central. De maneira que, espero que depois o caminho não seja, “todos ao Rossio”, porque de facto não chega. Portanto, é bom termos os pés assentes, saber aquilo que estamos a, digamos, a arranjar, para que sejamos todos e saíamos todos bem daqui. De qualquer maneira eu queria dizer, se percebi bem que estava a felicitar as Unidades de Cuidados Continuadas, que já foram aprovadas, eu associo a essa felicitação, mas queria dizer que é de todo incompreensível alguma vez que a Misericórdia de Viseu ficasse de fora. Não vale a pena estar aqui a tomar partido, mas é incompreensível. Se alguém deixou a Misericórdia de fora, ninguém perceberá, até pelos serviços altamente, digamos, elevados que tem prestado a esta comunidade, e também pela disponibilidade que tem de equipamentos, a proximidade do Hospital, etc., etc., etc. Eu acho que há todas as razões para contemplarmos a Misericórdia, portanto, ficando naturalmente felizes que haja muitas Unidades de Cuidados Continuados aprovadas, foi até da minha aldeia, veja lá como é que eu estou feliz também, mas não posso deixar de dizer que ficaria muito mais satisfeito e farei tudo aquilo que for possível para que a Santa Casa da Misericórdia venha a dispor de uma Unidade de Cuidados Continuados, que irá agir, com toda a certeza, tão bem como qualquer uma das outras. Bem, mas vamos àquilo que aqui foi dito e aqui foi retratado. Nós falamos praticamente aqui do encerramento da Repartição de Finanças Viseu Dois, e eu gostaria de vos dizer que esta situação, eu espero sinceramente que ainda haja “arrepio” do caminho, porque senão ficamos todos a pensar que ninguém é responsável por nada. Acho até que se reeditou aqui um pouco aquela história do Ministro, o tal Ministro que se associou, o da, como é que se chamava aquilo? O da mioleira, o que se associou à manifestação que era contra ele. Bem, o Ministro tinha uma manifestação contra ele, o que fez foi sair do Ministério, pôs-se na manifestação também contra ele, e eu espero que não seja também esse o papel do Partido Socialista. Os senhores estão a sair para a manifestação contra o Governo, mas o papel não é esse. Eu espero, não é só esse, o papel é bater o pé, e não basta dizer, muito sinceramente, não basta dizer isto. Bem, na altura informaram-me que não era para encerrar, como disse o ex-Governador, agora informam-me que é para encerrar, bem, então se é para isso, faz-se por computador, por telemóvel, isso diz-se. É preciso alguém aqui que represente os interesses do Governo em Viseu, mas também os interesses de Viseu junto do Governo. E portanto, alguém tem que bater o pé, e não se pode apenas querer as coisas boas. Eu acho



que... Vejo os meus amigos já a atirar a toalha ao chão. Então, mas afinal, têm que começar já a pedir desculpa, ao anterior Director Distrital de Finanças, porque a primeira coisa quando o Senhor disse, e todos ficámos contra, foi por o mais alto representante do Partido Socialista local, que era uma irresponsabilidade. Afinal, parece que não era irresponsabilidade nenhuma, o Senhor sabia daquilo que estava a falar. Pelo menos por aí vou-lhe pegar. Eu não sei, o Governo tem toda a legitimidade para fechar ou para fundir o que quer que seja, mas há uma coisa que tem que responder, é evidente que nós nos opoemos com todas as nossas forças. Então não tem uma palavra para a Câmara? É porquê? Por a Câmara se de um Partido diferente? Então, o encerramento da fusão não tem nenhum impacto no tecido urbano? É a seu belo prazer? Perguntaram à Câmara se havia concentração de carros? Perguntaram à Câmara se havia, digamos, possibilidade de os cidadãos se concentrarem ali para folia dos serviços? A Câmara não tem nada a ver com isto? Por amor de Deus, nós somos, defendemos a autonomia do Poder Local, e embora isto seja uma decisão do Governo, naturalmente que não nos pode passar ao lado. Ainda não houve uma palavra para a Câmara, uma palavra oficial. Aquilo que sabemos, bem, neste momento estou um pouco mais descansado por aquilo que ouvi, sei exactamente como sabe o Senhor Governador Civil pelos vistos, mas pronto. Eu não sou propriamente do mesmo Partido, portanto, eu gostaria de ser informado convenientemente desta situação. E portanto fiquei a contar falar aos trabalhadores, naquilo que a nós nos diz respeito, pronunciamo-nos com todas as forças, até porque não há nenhuma razão para isto, para fundir porquê? Apenas por uma questão economicista? Bem, o Deputado João Paulo disse aqui, afinando por uma série de outras posições, que há muito lugar para cortar. Se calhar, eu sei lá, qualquer viagem entre Lisboa e Milão, e ao contrário, é capaz de servir para isso. Sei lá, cortem-se nestes tipos de situações, talvez dêem para não fechar, porque se enveredamos por este tipo de raciocínio, qualquer dia põe-se apenas uma Repartição de Finanças na Comunidade Intermunicipal. E então é uma Repartição de Finanças para todos os catorze concelhos e poupa-se! E seguindo este raciocínio depois só há uma em Lisboa e cada um vai lá pagar e cada um vai lá tratar dos assuntos, e ainda se poupa mais. Por amor de Deus, isto não é assim. Então, tem algum sentido que se venha propor uma fusão numa cidade que está em desenvolvimento? Bem, isto se não é, não sei, mas eu sei que está em desenvolvimento, e toda a gente sabe, e se por acaso, eu sei que está em desenvolvimento com aquela posição muito típica do Partido Socialista, que aprendeu apenas a nadar assim, não sabe nadar ao contrário, e portanto, também não é nada da responsabilidade. O que temos na cidade, mal ou bem, é da nossa responsabilidade, e é da vossa, aquilo que estão a fazer à cidade, também é da vossa responsabilidade, aliás, fugiu a língua para a verdade ao Deputado João Paulo quando veio dizer, “então mas nos últimos quinze anos”, pela primeira vez ouvi isso, ao menos valha-nos isso, vocês são responsáveis pelos últimos quinze anos. Pronto, assumam isso. E mesmo em relação aos serviços, que eventualmente foram daqui de Viseu, no tempo de outro Governo, quinze anos foi o tempo suficiente para os fazer regressar, se fosse essa a vossa vontade. E depois eu fico espantado com esta, o Partido Socialista, o Governo não nos ouve a nós, também não nos ouve. Está bem mas, então têm que ter cuidado quando acusam alguém, eventualmente, o Partido Socialista ouvir. Os Senhores acusaram-me de o Partido Socialista cumprir aquilo que era um desejo meu, quando disseram que não queria a Unidade Orgânica de Aveiro. Então o Partido Socialista a mim ouviu-me. Simpáticos. A vocês não vos ouvem? Por amor de Deus! Não podem querer só as coisas boas, é as coisas boas e muito bem. Então, os senhores não pegaram, e bem, no contrato local de segurança? Foi aqui trazido? Nunca mais o representante do Governo deixou um contrato no local de segurança. E é contrato local de segurança para aqui, para além de muito bem. Foi a Câmara que o propôs. Então, não podem pegar apenas em coisas que vos agradam, nas coisas que vos dão visibilidade pública, têm que pegar também nas outras



que vos causam problemas. E não é uma questão pessoal. Ninguém está a dizer aqui que os Senhores querem menos a Viseu do que nós, têm é que se impor. Têm que se impor, e gostaríamos de ver posições públicas, posições públicas. Estamos a dizer a outros níveis. Então alguém acusa o Director Distrital de irresponsabilidade, alguém que diz que garante que não vai fechar uma Repartição de Finanças, ocupa um lugar de relevo, e até agora não diz nada? Não chega dizer, “mantenho a posição anterior”. É preciso agir em conformidade e é disso que estamos à espera. E portanto, eu também estou à espera, sinceramente que haja, uma posição que seja mais consentânea com aquilo que querem em defesa de Viseu. Eu gostaria, Senhor Presidente, de dar resposta ainda a algumas questões que foram colocadas, nomeadamente a esta questão das casas em ruínas e da casa que ruiu na Rua Nossa Senhora da Piedade. Nós fomos surpreendidos com, digamos, esse problema, mas foi a Câmara que actuou em primeiro lugar. Tenho aqui o relatório com a actuação da Câmara. Irrepreensível. É evidente que não vão acusar a Câmara de todas as casas em ruínas que caem. Acho que ninguém tem essa coragem. Mas também não queria deixar passar a imagem, e penso que ninguém o ia conseguir, mesmo que lhe desse jeito, de que Viseu é uma cidade muito afeita a catástrofes. Nós sabemos bem, e portanto, também vale a pena fazer alguma justiça, como é que eram frequentes há uns anos atrás as cheias no Pavia, não tivemos muita nota, apesar de alguns “Velhos do Restelo” que diziam que não sei quê, com as obras que andam a fazer. As obras que fizemos no Pavia afinal deram resultado. Por isso, também não vamos dizer que Viseu que é uma cidade com problemas acrescidos em relação às intempéries. Eu acho que até nos podemos considerar muito felizes por aquilo que nos vai acontecendo. É evidente que temos problemas, nomeadamente com as casas em ruínas, e eu gostaria de vos dizer que se há alguma coisa que a Câmara tem seguido em cima do acontecimento é esta questão das casas em ruínas. Nós já tivemos uma série de *démarches* sobre esta matéria e queria dizer-vos que dentro de pouco tempo faremos conta de demolir, e vou citar de memória, uma casa em ruínas que está junto ao antigo matadouro, que com alguma dificuldade temos tentado convencer o proprietário, uma série de casas em ruínas que estão junto à rotunda do Coval, e que conhecemos também bem, uma série de casas em ruínas, duas ou três, que estão no fundo da Rua dos Casimiros, e vejam lá, uma delas propriedade da *Opus Day*, e portanto, nós vamos... Uma outra casa de gente com mais responsabilidade, e é bom que se calhar, vão desvendando o véu de quem são as responsabilidades do promotor, junto à feira semanal e também nomeadamente as da Rua do Gonçalinho, essas curiosamente propriedades do Estado. E já agora também, não é muito correcto dizer, por exemplo, que a casa que ruiu na Rua das Bocas, que a Câmara também tem responsabilidades. Nós alertámos o proprietário com tempo, o proprietário tentou inclusivamente que a Câmara comprasse o imóvel, mas a Câmara não pode ser, nem tem disponibilidades financeiras para comprar tudo aquilo que o particular, eventualmente, por dificuldades, não possa dar resposta. Eu gostei muito de ver aqui, a Moção, e sinceramente associo-me a ela sobre aquilo que se passou nas Regiões Autónomas, nomeadamente no caso da Madeira, e o minuto de silêncio e a Moção que foi aqui aprovada. Só gostaria também de deixar aí uma pequena nota, eu espero sinceramente que agora quando estamos a discutir o orçamento, que a questão da resolução do IRS da Madeira e dos Açores, seja de vez resolvido, porque a associar-se a esta matéria e depois também não dar os meios, nomeadamente com o que se passa com os trinta Municípios das Regiões Autónomas, que estão neste momento sem, eventualmente, se se cumprir dois mil e dez sem pagamento de IRS, estão com vinte e sete milhões de euros em falta e portanto, espero que não sejam só palavras e que haja também uma palavra para esses Municípios. Sobre a requalificação do actual IP Três, bem, ele é por demais necessário, por muitas ordens de razões. Primeiro, porque espero que não haja mais nenhum adiamento sobre a Auto-estrada Viseu-Coimbra, depois, porque é uma via onde passam cerca de onze mil carros diários e portanto, basta passar lá uma vez para ver



no estado é que está. Eu espero, sinceramente, que não aconteça a mesma coisa e aqui aproveitava para responder, ou pelo menos para comentar aquilo que trouxe aqui o Senhor Jorge Martins, o Presidente da Junta de Cavernães, para que não aconteça a mesma coisa. O processo de transformar vias abertas em vias urbanas é exactamente o inverso daquilo que constatamos lá em cima. É assim, primeiro fazem-se as vias alternativas e depois propõe-se que as vias sobrantes se transformem em urbanas. Não é aquilo que se está a fazer. Aquilo que se está a fazer na estrada duzentos e vinte e nove, teve apenas uma finalidade, já aqui o denunciámos. O Governo tinha um projecto inicial de nove, vírgula quatro milhões de euros para requalificar a estrada. Era uma grande requalificação, e o Governo decidiu poupar na requalificação da estrada e veio inventar, neste momento já podemos confirmar isso, de que se ia fazer uma estrada alternativa entre o Pereiro e a Póvoa de Sobrinhos, estrada alternativa que nunca mais avança, e seguramente não avançará com este Governo, e portanto, aquilo que fez foi poupar, passar do nove vírgula quatro, para quatro vírgula sete milhões. Quatro vírgula sete milhões de euros numa estrada duzentos e vinte e nove, que é menos, muito menos, do que o alargamento que a Câmara está a fazer apenas entre Abraveses e Pascoal. A estrada só pode ser uma pequena requalificação. Já vimos, e gostaria de dizer isto publicamente, não sei se já o fiz na Assembleia, o Senhor Vereador Cunha Lemos acompanhou a nosso pedido o Vice-Presidente das Estradas de Portugal e eu li esse ofício na Câmara, portanto, é de conhecimento público, onde detectámos todas as anomalias que a Câmara confirmou no local, na estrada, nomeadamente uma rotunda estapafúrdia, que ninguém consegue imaginar o que é poderá acontecer, junto na entrada do Parque Industrial. E temos por escrito a resposta das Estradas de Portugal a dizer que a estrada é deles, eles é que sabem, e que a estrada está muito bem construída, ou há-de ficar muito bem construída, e a Câmara não terá nada que se opor em relação a isso. Sobre a questão da Universidade Pública, eu espero, aliás, estou à espera, que passe esta moratória que a Assembleia concedeu, como sabem não era a minha posição, a minha posição, não sei, eu vou ter muito cuidado com as palavras é de “partir a loiça”, não sei se isto também dá alguma coisa, acho que não. Era de “partir a loiça” logo no início, e portanto, obrigar o Senhor Ministro a vir dizer se havia Universidade Pública para Viseu. E já agora deixem-me aproveitar, louvo o Senhor Presidente do Conselho de Administração do Hospital que, desassombradamente veio dizer aquilo que nós dissemos aqui, que era necessário a Faculdade de Medicina em Viseu. Espero sinceramente que pertencendo ele ao Partido Socialista que seja mais fácil a audição e eu associo-me, exactamente, a essa aspiração do Senhor Presidente do Conselho de Administração do Hospital. Eu gostaria ainda de comentar alguma coisa, nomeadamente aquilo que foi dito. O Deputado Paulo Pereira trouxe aqui, apenas comentou a questão da renúncia dos Vereadores do Partido Socialista. Eu já estava aqui quando eu assinei mais uma renúncia, ou melhor, já quando convoquei o elemento que se segue. Eu só queria dizer o seguinte, eu não comento renúncias, toda a gente tem possibilidade de renunciar quando quer, mas gostaria de dizer que, nas próximas vezes quando comentarem algumas situações tenham mais cuidado. Já houve tempos em que o Partido Socialista se virava para aqui, e nos dizia, eu achava até piada porque era enfatizado: “Senhores Vereadores e Senhora Vereadora”. Queriam dizer com isso, vejam lá, o PSD só tem Vereadores e está ali uma Vereadora, e faziam sempre a distinção. Eu espero agora que os Senhores se dirijam “Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras”, que estão deste lado. A Senhora Vereadora do Partido Socialista já renunciou. Depois o Partido Socialista tinha uma especialista para a segurança, também já andou, e portanto, eu espero, muito sinceramente, que quando falarem em instabilidade, quando fizerem este tipo de afirmações, também tenham cuidado, porque nós também estamos atentos. Eu acho que, não vale a pena dizer coisas que nos podem calhar a nós. Eu só queria acabar e dizer o seguinte, acho que esta questão, independentemente da troca de



argumentos que possamos aqui atirar e já o fizemos com veemência, eu acho que é importante que nos unamos sobre a possibilidade do não encerramento da Repartição de Finanças. Eu não sei se isto tem alguma ligação, o Senhor Presidente diz estou, vou também dizer alto aquilo que estou a pensar, se isto já é o PEC antecipado. Não sei. O que é facto é que ainda ninguém veio explicar, porque é que se é tão rápido fechar a Segunda Repartição, ou querer fechar a Segunda Repartição em Viseu, eventualmente, não é em Castelo Branco? Somos uma cidade maior, nós costumamos até a ver Viseu a ser tratado pela letra do alfabeto, pelo menos pelo Partido Socialista, começa sempre pelo A até chegar ao fundo, e desta vez parece que começou ao contrário, começou ao contrário no alfabeto. Eu espero, sinceramente, que pelo menos perguntem isso. Porquê? Porquê? Todos os indicadores demográficos de índice de bem-estar, etc., etc., são superiores ao de Castelo Branco. Eu espero sinceramente, não quero arranjar aqui nenhuma guerra com Castelo Branco, mas é uma questão de defender os nossos cidadãos, se há aqui alguma coisa premeditada, porque é que acontece num lado e não acontece noutra. Espero que não seja exactamente aquilo que o Deputado João Paulo deixou aqui antever, que é a pressão e a influência de Castelo Branco, que seja muito maior que a nossa. Mas nós para esse “peditório” já demos”. Foi assim que perdemos a Faculdade de Medicina. Foi exactamente porque o duo, não sei, não sei se foi alguma partida de ténis, mas o duo Guterres-Sócrates, foi muito superior ao duo Coelho-Carrilho, ou Coelho-Junqueiro, como queiram. Foi assim que perdemos a Faculdade de Medicina. Eu espero também que não seja por isso que encerre em Viseu e não encerre em Castelo Branco. Eu gostaria de fazer ainda um comentário sobre aquilo que trouxe aqui o Deputado Pedro Ruas, nomeadamente se o Secretário de Estado... Eu não tive oportunidade de estar com o Senhor Secretário de Estado do Comércio, mas valia a pena, não sei se ele esclareceu, eu também não vi ainda nada, ele não veio cá por isso, mas valia a pena, porque foi em circunstâncias análogas que ele veio dizer a Viseu que se justificava a Loja do Cidadão no Centro Histórico. Nós criámos todas as condições para a Loja do Cidadão ir para o Centro Histórico, e portanto, o Senhor Secretário de Estado do Comércio devia vir dizer que não é da responsabilidade dele, que deu apenas uma sugestão, mas para a próxima vez, o mínimo que lhe pedimos é que tenha um bocadinho de tento na língua. Não pode vir aqui dizer que fica bem a Loja do Cidadão no Centro Histórico e depois vir dizer: “Eu sou Membro do Governo, mas não sou da tutela”. Quero lá saber! A um Membro do Governo exige-se que tenha cuidado e que tenha cuidado com a língua. Se não é da tutela, não fale daquilo que não sabe. Não vem aqui agitar as águas. Aos Senhores na altura deu-vos jeito, porque quiseram atirar este problema para a Câmara e de que maneira. Fizeram manifestações que acabaram de repente, os movimentos do Centro Histórico acabaram, nunca mais vi ninguém vir a terreiro exigir a Loja do Cidadão, nem nunca mais vi concentrações. De qualquer maneira foi preciso que a Câmara cumprisse e arranjasse todas as condições para agora desaparecer esta questão da Loja do Cidadão como que por encanto. Eu espero ainda, sinceramente, que haja resposta sobre esta matéria, porque também aqui, e falamos de racionalização de meios, curiosamente em Lisboa sempre se transferiu a Loja do Cidadão. Há pouco tempo transferiu-se a Loja do Cidadão em Lisboa e transferiu-se com meios do Governo. Os meios que o Governo quer que seja a Autarquia aqui a disponibilizar. Era o que faltava! Nós não podemos ser tratados e são este tipo de posturas de certo modo sossegadas, macias, que nos levem a que tentem tratar-nos de forma diferente. Quando precisam de construir um hospital, a Câmara cede o terreno, quando precisam de construir uma Unidade de Cuidados Continuados, a Câmara cede o terreno, quando Lisboa quer construir um hospital, o Estado paga o terreno à Câmara. Não é possível isto! Aliás, com o despacho de um conterrâneo nosso, que por acaso costuma estar aí e hoje não está, e que eu já confrontei várias vezes nesta sala, se este tipo de decisões também ajudam digamos, a equilibrar o país, o país desequilibrado. Imaginam



quanto é que custava, por exemplo, o terreno que a Câmara cedeu para construir o novo hospital? Foi esta Câmara. Então mas podemos ser tratados desta forma diferenciada? Acho que não. Eu queria apenas dar resposta a uma pergunta que foi aqui colocada pelo Deputado Dário Costa sobre o contrato local de segurança, eu penso que não ficou nada por responder. Ah, queria fazer também um comentário ao que disse o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda sobre as majorações. As majorações que a Câmara apresentou do IMI, foram aprovadas neste Órgão e portanto, eu penso que é do conhecimento público. Nós propusemos, os Senhores aprovaram, e portanto, conhecem-se quais foram as majorações e as minorações do IMI que a Câmara propôs. Esquecia-me de dar resposta sobre as Unidades de Saúde Familiares que o Deputado Pedro Ruas aqui trouxe e dizer que nós pusemos como condição, que não abdicamos, a construção de Saúde Familiar há-de ser precedida da construção da Extensão de Saúde de Lordosa. Está em todos os documentos que a Câmara assinou com o Estado, está a aceitação do Estado dessas condições, e portanto, para nós é alguma coisa que está ultrapassada. O Estado só fará Unidade de Saúde Familiar em Viseu, e portanto, como sabem a Câmara cedeu o terreno para as três Unidades de Saúde Familiares quando começar a construir a extensão de saúde de Lordosa, porque foi uma condição aceite. Condições aceites, o Governo pode não as cumprir como fez com a Escola de Ranhados, ou como quer fazer com a Escola de Ranhados, mas a Câmara cumpre. Já agora, a este propósito queria dizer ao Senhor Presidente, não trouxe aqui o problema hoje, mas que nós decidimos e já o fizemos meter o Estado em Tribunal por não cumprir um acordo assinado connosco em Diário da República. Eu acho que não houve nenhuma pergunta que me fosse colocada, também não foram muitas colocadas... Ah, queria apenas fazer uma observação àquilo que o Presidente da Junta, António Neves trouxe aqui. De facto, queria dizer-vos, não queria com isto que houvesse digamos, alguma falsa modéstia da minha parte, mas o Congresso da Associação, ainda no último Conselho Directivo de terça-feira, foi tido como o melhor congresso até hoje. Não é normal, e gostaria de vos dizer isto, não é normal uma cidade de interior acolher o Congresso da Associação. O Congresso da Associação é até hoje o maior Congresso Nacional, até hoje ocorreu sempre em Lisboa, Porto, ou na Madeira, onde há unidades hoteleiras e foi pela primeira vez possível organizar um Congresso fora destes centros, o que é também, digamos, um atestado, neste caso um atestado extremamente agradável aos nossos promotores, pelo menos a quem fez os edifícios de restauração, a quem promoveu a construção de unidades hoteleiras, porque neste momento podemos dar resposta a qualquer congresso da mais diversa índole. Uma última nota, para dizer que ficou também demonstrado que o Multiusos não é apenas, mas vamos sendo habituados a este tipo de discurso, que isso durante muito tempo, aliás, como se fez com o funicular, como se fez com uma série de coisas apoucar o Multiusos e dizer que era o Quartel da Polícia Municipal maior e mais caro. Não. O Multiusos de Viseu é seguramente dos Multiusos que eu conheço o que tem maior taxa de utilização. Podem dizer-me que é por causa da Feira de São Mateus, também foi uma das razões porque ele foi construído, mas de facto, é que é dos Multiusos com maior taxa de utilização do país. Senhor Presidente, acho que não tinha mais nada, digamos a comentar sobre aquilo que foi trazido da anterior ordem do dia. Muito obrigado.” -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado Senhor Presidente. Damos por encerrado o Período Antes da Ordem do Dia e vamos passar ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a Actividade Municipal. Então iríamos passar ao ponto de informação e dava a palavra novamente ao Senhor Presidente da Câmara”. -----

- **VINTE E QUATRO - SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Usa da palavra para apresentar a informação escrita e diz: “Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei cento e sessenta e



nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da actividade e da situação financeira que, previamente, remeti a este Órgão, acompanhada das matérias referidas no número quatro do artigo sessenta e oito introduzido pela Lei número cinco A de dois mil e dois, de onze de Janeiro. Senhor Presidente, Senhores Deputados, inovar e modernizar são paradigmas essenciais nas práticas quotidianas dos Municípios portugueses. Assim é quando os Municípios procuram responder aos desafios colocados por uma envolvente cada vez mais exigente, uma envolvente cada vez mais competitiva e em permanente mutação, pois como escrevia Camões, há mais de quatrocentos anos, “Todo o Mundo é composto de mudança”. Mas é-o, igualmente, quando os Municípios, no cumprimento efectivo do Princípio basilar da Subsidiariedade e enquanto prestadores de serviços, são impelidos a centrar a sua actuação nos cidadãos, fornecendo serviços com qualidade e eficiência. A concretização destes preceitos não é uma tarefa fácil e, em virtude da complexidade dos processos envolvidos, implica, muitas vezes, pequenas revoluções nas organizações e mudanças significativas, principalmente na mudança de mentalidades. Consciente desta realidade, a Associação Nacional de Municípios Portugueses lançou em dois mil e quatro um Projecto que designou Município Mais que, com enfoque no cidadão, visou aprofundar a prestação dos vários serviços, que as Câmaras Municipais têm a seu cargo, com eficiência, com eficácia, qualidade e em tempo oportuno. Este Projecto constituiu um importante impulso para a efectivação de mudanças significativas no “*modus operandi*” das autarquias portuguesas. No entanto, para alguns Municípios, como foi o nosso caso, que estavam já fortemente arreigados no caminho do progresso, o Projecto Município Mais foi apenas mais uma etapa num processo evolutivo que vinha já a ser trilhado há algum tempo. Não é de agora o esforço considerável que a Câmara Municipal de Viseu tem vindo a fazer na inovação, modernização e reorganização dos seus serviços, no sentido de simplificar processos, disponibilizar mais e melhor informação, bem como aumentar a eficiência e eficácia na sua resposta aos munícipes. A gestão dos recursos públicos é apontada por muitos como a área por excelência onde é necessário cortar custos e aumentar a eficiência e a eficácia. A melhor forma que a Câmara Municipal de Viseu encontrou para se preparar para esse “desafio” foi começar por estruturar e planificar as tecnologias de informação. Neste âmbito, várias têm sido as acções implementadas pelo Município de Viseu com o objectivo de desenvolver um verdadeiro processo de inovação e modernização administrativa e técnica, das quais destaco aqui apenas alguns exemplos devido ao impacto significativo que tiveram na organização e nos cidadãos. A partir de Janeiro de dois mil e cinco podemos considerar que a Câmara Municipal de Viseu iniciou uma nova era: A era da desmaterialização. Ao implementar o “Sistema de Gestão Electrónica da Documentação” todos os documentos, em tramitação ou arquivados na Câmara Municipal de Viseu, passaram a ser geridos de forma electrónica. Procurou-se com esta solução melhorar os serviços prestados ao munícipe, aproximar a administração dos cidadãos, simplificar os procedimentos, minimizar as dificuldades relacionadas com a gestão e manuseamento da documentação e dos arquivos convencionais, os problemas de espaço, bem como o aumento do número de colaboradores que acedem aos mesmos documentos. O processo de implementação do “Sistema de Gestão Electrónica da Documentação” tem sido gradual e faseado. Desde Janeiro de dois mil e cinco que a correspondência interna e externa, as actas e a revista de imprensa circulam apenas por via electrónica e os despachos são feitos também por esta mesma via. Em Janeiro de dois mil e seis entrou em funcionamento a solução de gestão electrónica de fax, integrada com a aplicação de gestão documental, o que permitiu desligar vários equipamentos de emissão e recepção de fax e consequentemente as várias linhas telefónicas associadas. Em Março de dois mil e seis todos os processos de Contra-ordenação foram, também, sujeitos ao processo de desmaterialização, passando a ser digitalizados e registados na aplicação integrada de



gestão documental, realçando-se a mais-valia resultante do “*workflow*” associado, o que permite conhecer, a todo o tempo, o circuito do processo e fazer o controlo de todos os prazos. Outra das iniciativas que considero relevante é a criação do “Atendimento Único”. Este projecto assentou no desenvolvimento de um processo de centralização do atendimento ao munícipe, que se encontrava disperso por vários sectores, num ponto de atendimento único. Com a sua concretização procurou-se promover um atendimento personalizado e de qualidade, disponibilizar um ponto único de atendimento para todos os serviços municipais, evitando assim a deslocação dos munícipes a vários locais, reduzir os tempos de resposta e, também, completar esta mudança com outras acções de modernização administrativa e técnica. O Atendimento Único da Câmara Municipal de Viseu pretende simplificar as relações dos munícipes com a autarquia e contribuir para que os cidadãos despendam menos esforço e menos tempo para obterem os serviços que vão à Autarquia procurar. Este serviço que se quer de excelência funciona em horário contínuo desde as oito e trinta às dezoito horas. Gostaria ainda de salientar o contributo significativo do Município de Viseu para a difusão da utilização das novas tecnologias de informação e do conhecimento, no âmbito dos processos de ensino e aprendizagem, a toda a comunidade educativa do Concelho, através da disponibilização de computadores, impressoras multifunções e conteúdos multimédia para todas as salas das escolas do primeiro ciclo do ensino básico e dos jardins infantis. Por outro lado foram realizadas diversas acções de formação, desenvolvidas actividades pedagógicas para o uso da internet segura, disponibilização de serviços de “helpdesk online” e a dinamização de Salas Virtuais com diferentes temáticas. De referir, igualmente, a implementação da intranet e de um canal corporativo, penso que conhecerão, na Câmara Municipal de Viseu, a instalação da rede de fibra óptica, que veio criar condições para a ligação dos vários edifícios municipais, a criação de espaços internet e de salas “cyberestudo”, entre muitas outras iniciativas que constituem partes de um todo programado. Eu gostaria de fazer aqui um parêntesis para informar que já depois da intervenção feita e da visita do responsável pela REFER, que me disse que Viseu dentro de pouco tempo seria servido por três importantes auto-estradas, digamos, da responsabilidade da REFER. Uma, que aproveita a ciclo via, outra que já está implementada, como é sabido, e outra, dentro de pouco tempo, fará através da ligação da Linha da Beira Alta a Viseu e portanto, ficaremos com três importantes auto-estradas de ligação a Viseu. Disse-me, inclusivamente, que pensava que era um dos casos de excepção na Europa. Não há muitas cidades com esta ligação tão acentuada como Viseu pode estar dentro de pouco tempo. Senhor Presidente, Senhores Deputados, apresentei apenas alguns exemplos de um processo que está longe de estar terminado e que é nossa convicção veio trazer benefícios não só para a nossa organização, mas sobretudo para os nossos concidadãos. Neste contexto, é com prazer que anuncio a materialização, a curto prazo, de mais três projectos que irão contribuir para a inovação e modernização do Concelho de Viseu e cujas candidaturas a fundos comunitários foram, e digo com satisfação, recentemente aprovadas. Falo concretamente, por um lado, da execução do Netviseu primeiro ciclo do ensino básico que tem em vista dotar as escolas do primeiro ciclo do ensino básico de Viseu com quadros interactivos e projectores multimédia. Pretende-se assim, proporcionar, em todas as salas de aula, um ambiente dinâmico, inovador e colaborativo, sensibilizar professores e alunos para o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação e ainda tornar os planos curriculares mais atractivos. Um segundo projecto, falo da implementação do projecto NetFreguesias que visa dotar todas as Freguesias de Viseu com um Espaço Internet. Com este projecto pretende-se expandir a rede de Espaços “Internet” a todo o Concelho, equipando salas em todas as Freguesias e permitindo que todos os cidadãos tenham acesso gratuito à “Internet” e adquiram conhecimentos básicos de informática para a sua utilização. Um terceiro e último projecto, também foi aprovado e que implementaremos logo que seja



assinado o contrato, é a criação de mais um “Espaço CyberEstudo” localizado nas Escadinhas de Santo Agostinho e que é a transformação do café que ali existiu num “CyberEstudo”. É um projecto de expansão da rede dos Espaços Internet com integração de uma sala de estudo, e tem como objectivo preparar, de forma controlada e avaliada, a generalidade dos cidadãos para a utilização das tecnologias de informação e o incremento acelerado e generalizado do uso da Informática/”Internet” no Concelho. Gostaria de informar que temos outras iniciativas preparadas e que estão algumas da fase final. Uma é a consolidação da infra-estrutura tecnológica denominada Pólo Técnico, instalada no Pavilhão Multiusos, com equipamento de rede, segurança e acesso, servidores, armazenamento de dados, entre outros apetrechamentos essenciais ao bom funcionamento de todo o sistema informático utilizado pela Câmara Municipal de Viseu. Não está aqui, mas queria dizer que temos fundadas expectativas neste pólo, nomeadamente, pela segurança que nos deixa como pólo alternativo à localização do edifício da Câmara. A disponibilização de novos serviços aos munícipes, através do “Sistema de Informação Geográfica”; a continuação da desmaterialização dos processos de obras particulares, urbanismo e arquivo e ainda a actualização e modernização do “Sistema de Gestão Documental”; a melhoria do atendimento presencial e multicanal; para o cabal desenvolvimento e realização destes novos projectos aguardamos apenas a total definição e implementação, por parte das entidades competentes, do SAMA, o conhecido Sistema de Apoio à Modernização Administrativa, que como sabem, funciona no âmbito do QREN. Eu gostaria de dizer que já depois de fazer esta intervenção ficámos muito mais descansados com recentes negociações com o Senhor Ministro da Economia, para que o QREN tenha um outro desenvolvimento e tenha uma outra celeridade e portanto, pensamos que todas estas matérias que estão pendentes do QREN, aliás, como uma boa parte dos projectos nacionais, possam agora levar, digamos, um outro empurrão que nos ponha em taxas de execução que, de facto, nos orgulhe e não que nos envergonhe como é esta taxa de execução que passados três anos é inferior a dez por cento para um país com dificuldades, de facto, temos muito que pedalar. Senhor Presidente, Senhores Deputados, toda esta mudança de procedimentos só tem sido possível graças a uma cuidada análise que originou um complexo sistema de reengenharia de processos. Como já referi anteriormente, este processo está integrado num movimento mais vasto de modernização administrativa e técnica de toda a Câmara Municipal de Viseu e de todo o Concelho, envolvendo várias áreas de intervenção. Tendencialmente, este processo irá culminar na certificação dos serviços enquanto garantia de qualidade e eficiência já que, num mercado cada vez mais competitivo, exigente e global, como é aquele em que todos nos movimentamos, tal certificação assume, no bom funcionamento das Câmaras Municipais, um papel preponderante. Nós não queremos arriscar a certificação sem que todos os componentes deste programa que é ambicioso e como vos disse começou em dois mil e cinco estejam completos. Considero, assim, que todo o processo de desburocratização, inovação, modernização, incremento da utilização das novas tecnologias de informação e aperfeiçoamento dos sistemas internos de gestão que agilizem os procedimentos são essenciais para a melhoria da capacidade de resposta dos serviços prestados e disponibilizados pela nossa autarquia. Para concluir, deixo aqui Senhor Presidente, igualmente, à consideração de Vossas Excelências através das folhas que anexe oportunamente, todas as matérias tipificadas no número quatro do artigo sessenta e oito e que são, como é sabido, a situação financeira, a informação prevista das participações em entidades societárias e não societárias e ainda as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes e seu estado. Muito obrigado”. -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Obrigado Senhor Presidente. Estamos no Período de Informação. Tenho aqui já uma inscrição do Senhor Deputado Carlos Portugal. Senhor Deputado o período anterior era o Período Antes da



Ordem do Dia, onde o seu Partido não o inscreveu. Há uma prática que já existe há muito tempo nesta Assembleia, no Período Antes da Ordem do Dia cada um dos Partidos apresenta uma lista das pessoas que pretende ver inscritas neste período. O Senhor Deputado não foi inscrito pelo seu Partido, portanto, agora se quiser no Período de Informação do Senhor Presidente da Câmara, pode colocar ao Senhor Presidente da Câmara a questão que queria colocar no Período Antes da Ordem do Dia. Tem a palavra”.

- **VINTE E CINCO – SENHOR DEPUTADO CARLOS MARTINS DOS SANTOS PORTUGAL (PS)** – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Realmente a Unidade de Cuidados Continuados, portanto, foi uma iniciativa do Partido Socialista e que realmente veio resolver um problema bastante significativo a nível nacional e que tardava em Viseu aparecerem Unidades de Cuidados Continuados. Era uma necessidade muito sentida e realmente fico contente, porque por agora terem aparecido cinco candidaturas possíveis de executar. Quanto ao facto das instituições que foram contempladas, não sei o que é que se passou, o que é certo é que as Misericórdias a nível nacional têm a maioria desses serviços em termos de Cuidados Continuados, se em Viseu isso não acontece não sei qual é o problema que está subjacente. O que é certo é que também se elas foram descentralizadas a nível do concelho é evidente que é mais representativa a sua edificação e penso que servirá melhor a população que vier a servir-se desses serviços, não é verdade? Agora também, não acho que tenha que haver preocupação, como estava o Senhor Presidente muito preocupado em não haver financiamento para o funcionamento dessas instituições, provavelmente, se o PSD estivesse no Governo não seria uma prioridade e não haveria essa necessidade e realmente seria uma “franja” da população que estaria desprotegida, mas de certeza que é uma prioridade para o Partido Socialista e vai continuar a ser e que é certo é que há um programa que está a ser instituído a nível Nacional com bastante êxito.”

- **MESA** - Dá a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria.

- **VINTE E SEIS – SENHOR DEPUTADO JOSÉ MANUEL HENRIQUES MOTA DE FARIA (PSD)** – Solicita o uso da palavra para apresentar o seguinte protesto: “É só um protesto em relação a esta intervenção. Palavras, e chegamos à conclusão que está bem, iniciativa do Partido Socialista. As Unidades de Cuidados Continuados são iniciativas do Partido Socialista, ou seja, tivemos aqui, veio cá o Deputado João Paulo a dizer que nada é partidário, que a ele nunca o apanhariam a falar da Concelhia, iniciativa Partido Socialista. E como se o PSD estivesse no Governo não tivesse iniciativas do âmbito social. Temos aqui uma situação que ficou perfeitamente desmontada a tentativa de partidarização do que se pretende, eventualmente, como aspecto positivo, que é um aspecto positivo, esquecendo-se que é uma obrigação do Estado, é uma obrigação do Governo, é uma obrigação resolver o problema da população em termos de Viseu. Viseu, quando já havia em Tarouca, havia em Resende, havia em Mangualde, havia em Nelas, havia em Santa Comba, havia em Vouzela, havia em Oliveira de Frades, para não dizer mais, havia nesses sítios todos, em Mortágua e Viseu ficou no fim e mesmo assim, foi uma grande iniciativa do Partido Socialista. Era uma obrigação do Governo, não era do Partido Socialista, era uma obrigação do Governo resolver esse problema”.

- **MESA** - Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Portugal.

- **VINTE E SETE – SENHOR DEPUTADO CARLOS MARTINS DOS SANTOS PORTUGAL (PS)** – Usa da palavra para exercer o direito de resposta e diz: “Desculpem lá, mas é só para responder que isto foi uma mera confusão do Senhor Deputado Mota Faria. Eu não pretendi dizer que a criação das Unidades de Cuidados Continuados em Viseu que é da responsabilidade do Partido Socialista, é no seu ponto de vista legislativo. Foi o Partido Socialista que criou as condições para que houvesse Cuidados Continuados em Portugal. Era isso que eu queria dizer. Provavelmente, vocês que tiveram estes anos



todos no Governo anterior, nunca se preocuparam com isso. Foi precisamente durante o Governo em que um nosso Deputado, que hoje por acaso não está presente, que era Ministro da Saúde, Senhor Professor Correia de Campos, que resolveu esse problema, porque era um problema muito sentido a nível da sociedade, portanto foi isso que eu quis dizer. Agora, o Senhor está a querer pôr nas minhas palavras aquilo que o senhor quer? Aquilo que vocês querem? Vocês só vêm aquilo que vos convém. Quando há um problema que realmente é complicado para vocês e este é um caso desses, vocês nunca se preocuparam com esta “franja” da população em termos sociais, vêm com este argumento. É pouco.” -----

- MESA - Dá a palavra ao Senhor Deputado Esteves Correia. -----

- VINTE E OITO – SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO SANTOS ESTEVES CORREIA (PSD) – Usa da palavra para fazer apresentar o seguinte protesto: “Poderão ficar muito incomodados, mas eu tenho o direito de protestar, disso não tenho dúvidas nenhuma. Eu tenho de protestar Senhor Deputado. O Senhor vem para aqui brincar connosco a fazer de nós “totós”? O Senhor viu a contradição em que caiu? O Senhor veio aqui dizer, que se fossemos nós não o fazíamos e foram vocês que o fizeram, porque esteve lá, uma pessoa que esteve aqui sentado nesta bancada, que por acaso agora aqui não está, queria referir-se ao Doutor Correia de Campos. Então, porque é que o Doutor Correia de Campos quando foi Ministro da Saúde no Governo do Guterres não o fez? Não fez aquilo que veio fazer a posteriori. Então como é? Foi como Ministro da Saúde no Governo de Sócrates que foram criados os Cuidados Continuados. O Senhor Doutor Correia de Campos já tinha sido Ministro da Saúde no Governo de Guterres e já tinha havido um Governo do PSD no meio. Ah pois é, está a ver? Foi na altura em que foi oportuno e que foi possível. Este país não é um país rico. Este país não é um país rico. Portanto, o Senhor quando vem aqui, não se venha meter connosco porque tem muitos “telhados de vidro”, tem muitos “telhados de vidro” e pode levar por a frente. Está a perceber? É que isto de dizer mal do PSD, como já há bocado o Deputado João Paulo vinha aqui com o argumento de que o PSD que tratasse dos problemas internos, e vocês não tratam? Vocês não tratam dos vossos problemas internos? Vocês têm um Secretário-Geral que é a pessoa que está mais desacreditada neste país. Que se safa à custa do marketing político que está a fazer sistematicamente? Alguém mais desacreditado, que ninguém acredita na palavra do Primeiro-Ministro? Portanto calem-se, calem-se os Senhores. Até vocês têm vergonha dele.

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz: “Senhores Deputados, eu peço que não entremos nisto, porque senão não sairemos. Obviamente que é um direito Regimental, mas eu posso a determinada altura começar a limitar o direito Regimental”. De imediato a palavra ao Senhor Deputado João Paulo Rebelo. -----

- VINTE E NOVE – SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS) – Pede a intervenção para dizer o seguinte: “Compreenderão todos que o meu direito ao protesto é muito mais fundamentado do que o protesto anterior calculo eu, havendo bom senso. Meu estimado colega Deputado Esteves Correia, eu só posso protestar pelos termos em que exerceu o seu protesto nomeadamente no que diz respeito à pessoa do Primeiro-Ministro, que independentemente de ser do Partido A, B, ou C, julgo que esta Assembleia tem sabido dirigir-se e tem sabido respeitar, e tem sabido respeitar em todas as discussões que temos tido, e eu já cá estou há uns anos, assisti sempre, ao que é digamos, ao que são as regras da boa conduta e são convivência e que me parece que foram claramente ultrapassadas por si neste seu protesto anterior, e portanto, eu não quero tomar muito mais tempo mas dizer que muitas vezes nos empolgamos e que devemos e temos a obrigação, eu julgo que temos obrigação de nos sabermos dirigir e nomeadamente ao Primeiro-Ministro, ao Primeiro-Ministro do nosso país que independentemente de algumas divergências políticas que tenhamos nos merece respeito e consideração e que não, enfim, não ser tratado da forma como o fez.” -----



- **MESA** - Dá a palavra ao Senhor Deputado Paulo Pereira. -----
- **TRINTA** – **SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PSD)** – Solicita o uso da palavra e diz: “Realmente é bom lembrar que após um retrocesso na Ordem de Trabalhos, voltámos novamente ao ponto em que estávamos e eu venho falar sobre um ponto que é a informação sobre a Actividade Municipal. Apresentou-nos o Senhor Presidente do Executivo Camarário, no âmbito da informação sobre a Actividade Municipal um discurso subjacente ao tema “Inovar e Modernizar”. Dos vários aspectos focados nessa intervenção, penso que são de enfatizar as iniciativas na área da desmaterialização com a implementação do “Sistema de Gestão Electrónica da Documentação, sistema esse que reduz consideravelmente os procedimentos administrativos inerentes à circulação de informação em papel, com a criação do “Atendimento Único”, com as vantagens de um horário mais amplo de atendimento personalizado, embora com a prestação simultânea de vários serviços no mesmo local de atendimento. Estes são dois aspectos que exemplificam o dar corpo à política de simplificação administrativa, através da reengenharia de processos, de simplificação de procedimentos e a integração de serviços, que certamente são traduzidos em redução de prazos de resposta e na criação de um ambiente “amigo” dos cidadãos e favorável ao crescimento e desenvolvimento das actividades económicas. Permitindo-me também fazer uma citação já séneca, portanto, um importante escritor da Roma Antiga, do Século primeiro, dizia que “A parte mais importante do progresso é o desejo de progredir”. A Câmara de Viseu demonstra assim, que não é preciso progredir por Decreto, não é a imposição de um qualquer sistema Simplex que promove o progresso, a inovação, a mudança e a modernização, mas estes também são induzidos pela capacidade de iniciativa, que a nossa Autarquia continua a demonstrar. A Autarquia procura também contribuir para a implementação das novas Tecnologias de Informação e Comunicação nos processos de ensino e aprendizagem, nomeadamente ao nível do Pré-Escolar e do Primeiro Ciclo, com a disponibilização de cada vez mais recursos informáticos, consubstanciados também pelos Quadros Interactivos, projectores multimédia e ligação das escolas à Internet. Lembro-me agora que o meu próprio filho que frequenta o Primeiro Ciclo, quando acaba os trabalhos mais cedo, agora tem a oportunidade de ir ao computador que já está na sala de aulas, e fazer as suas pesquisas na Internet em local, em sala de aula. Sendo assim há uma disponibilização de cada vez mais recursos informáticos que são também, conforme já referi, consubstanciados pelos Quadros Interactivos dos projectores multimédia e ligações das escolas à Internet. Verifica-se também a disponibilização de espaços de Internet e de estudo para todos os níveis de ensino. Também é de salientar a dotação das Freguesias com espaços Internet, para que esta oferta seja também acessível a todos os munícipes. Saudamos assim o esforço contínuo de Inovação e Modernização, cientes de que todos os pequenos passos dados são importantes para a promoção de melhorias na Gestão de Processos e nas Ofertas aos Munícipes, de todas as classes etárias. Temos a perfeita noção de que, com a conclusão de cada passo outros imediatamente surgirão, pelo que aproveitamos para evidenciar que este é um processo que nunca está concluído, há sempre outras oportunidades de melhorar, mas que para dar o passo seguinte, e para que esse passo seja dado de uma forma sustentada, é preciso que o passo anterior tenha sido concluído com sucesso.” -----
- **MESA** - Dá a palavra ao Senhor Deputado Marco Rodrigues. -----
- **TRINTA E UM** – **SENHOR DEPUTADO MARCO ALEXANDRE FERREIRA RODRIGUES (PS)** – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Agradecemos ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, a informação que nos prestou sobre a Actividade Municipal, em concreto, sobre a Actividade da Autarquia no que diz respeito à Modernização Administrativa e à Inovação. Esta é uma matéria que nos é cara, pois para o Partido Socialista a Inovação e Modernização em geral e particularmente os serviços ao



cidadão, têm sido uma prioridade e tem merecido da nossa parte uma atenção especial. Neste sentido, gostaríamos de felicitar o Senhor Presidente da Câmara por ter visto aprovados os projectos de financiamento que agora permitem a implementação das medidas Net-Viseu no Primeiro Ciclo, Net-Freguesias, Espaço Ciber-Estudo. Cada um destes projectos contribuem de forma significativa para a qualidade de vida dos viseenses, pese embora o facto de, no meu entender, o projecto Net-Viseu no Primeiro Ciclo, consiste na atribuição de Quadros Interactivos e de Projectores Multimédia em todas as salas de aula das escolas do Primeiro Ciclo de Viseu, ser aquele que mais impacto terá no avanço e modernização das infra-estruturas deste concelho. Aliás, também aqui o PS na promoção do avanço Tecnológico foi o principal promotor para que hoje estas atribuições às escolas fossem uma realidade, e portanto, Senhor Presidente, nesta matéria gostaríamos de o congratular pela iniciativa. No que concerne à modernização nos serviços da Câmara Municipal de Viseu, Senhor Presidente da Câmara, de facto, temos que reconhecer que houve avanços no serviço ao munícipe nos últimos cinco anos, sendo naturalmente a medida mais visível a concentração de vários serviços da Autarquia no balcão de Atendimento Único, tornado mais prático o acesso do cidadão aos serviços da Câmara que antes se encontravam dispersos. Para nós foi igualmente importante a implementação de ferramentas que desmaterializam informação e documentação em tramitação, ou arquivados, tornando assim o tratamento da informação mais eficiente, menos dispendioso, e portanto, indo ao encontro das necessidades dos cidadãos. No entanto Senhor Presidente, reconhecendo que têm vindo a ser dados passos no sentido da inovação e da modernização dos serviços, achamos que, havendo já disponíveis mecanismos para despoletar uma modernização mais acelerada dos serviços e uma simplificação administrativa para facilitar a vida aos cidadãos e diminuir os custos de contexto, ou seja, existindo um programa que se chama “Simplex Autárquico”, que entrará este ano, em meados de Junho, na sua terceira fase, que conta já com sessenta Municípios entre os quais os maiores Municípios Portugueses, como Lisboa e Porto, por exemplo, Municípios que habitualmente estão na vanguarda da inovação, havendo o “Simplex Autárquico” não faz sentido continuar na linha de desenvolvimento preconizada pelo projecto “Munícipe Mais”. O “Simplex Autárquico” existe desde dois mil e oito, surge precisamente após a OCDE, em Junho de dois mil e oito, ter apresentado o relatório chamado, “Tornar a vida mais fácil para os cidadãos e empresas em Portugal, administração electrónica e simplificação”, onde para além de salientar os aspectos positivos das medidas “Simplex Nacionais”, propôs linhas de acção para melhorar o esforço de simplificação administrativa entre os quais se destaca a criação de um “Programa Simplex” mais abrangente, de que possa acolher além das medidas da Administração Central, medidas Municipais ou Regionais. E portanto, Senhor Presidente, quando falamos em inovação e modernização de serviços, sabendo que é uma matéria que está em constante evolução e todos os dias surgem novas respostas para os problemas dos munícipes, não faz sentido referir que está a seguir um modelo de modernização de dois mil e quatro, o referido projecto da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que se chama “Projecto Munícipe Mais”, quando existe o “Simplex Autárquico”, o modelo de dois mil e oito mais actual, mais eficiente e ainda por cima mais económico, porque na verdade Senhor Presidente, estes projectos que aqui refere como estando enquadrados no SAMA, o Sistema de Apoios à Modernização Administrativa, podiam ser implementados através da adesão ao “Simplex Autárquico”, fazendo muito mais com os mesmos recursos. Uma vez que as medidas a implementar no âmbito do financiamento SAMA do QREN, que refere no seu discurso, já estão a ser implementados em alguns dos sessenta Municípios que aderiram ao “Simplex Autárquico” nas primeiras duas fases. Com o “Simplex” partilharíamos o *know-how*, partilharíamos plataformas que já foram desenvolvidos para estes objectivos, e partilharíamos toda a experiência adquirida, permitindo evitar os erros



de implementação. Enfim, um conjunto de vantagens que beneficiariam os viseenses. Para terminar, gostaríamos de dar esta nota e deixar a recomendação de que a Câmara Municipal de Viseu não perca a oportunidade de aderir já em dois mil e dez ao “Simplex Autárquico”, pois é nosso entender, que em matéria de Inovação e Modernização dos serviços, este é o caminho a seguir. O caminho que permite oferecer aos cidadãos modelos de gestão ágeis e transparentes, assentes na optimização dos processos e na orientação dos organismos para os cidadãos e para as empresas, eliminando procedimentos e rotinas que não agregam valor aos serviços prestados. Muito obrigado” -----

- **MESA** - Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

- **TRINTA E DOIS – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE)** – Solicita o uso da palavra para dizer o seguinte: “Congratulo-me pelo esforço de Modernização Administrativa e Técnica dos Serviços Municipais, com recurso às Novas Tecnologias, a ligação das escolas à Internet, etc. No entanto, uma maior preocupação com uns alguns aspectos menos positivos, como sejam, o site da Câmara Municipal, que me parece que não dignifica uma capital de distrito como Viseu. Por exemplo, na *home page*, quem clicar no “link visitantes” vê surgir uma lista vertical de palavras que supostamente interessariam aos turistas mas que não passa muitas vezes de propaganda, como as fotos do Bairro de Paradinha ou do Bairro da Balsa, antes e depois das obras, ou a Volta a Portugal em Bicicleta de dois mil e sete. A *newsletter* Municipal, também é mais um acto de propaganda, porque a nível informativo é muito escassa, muito exígua e acaba em Julho de dois mil e nove, E não nos fica nada bem, à cidade, enganar os turistas com informação desactualizada como a referência à “Livraria da Praça”, ao Bar “Sai de Rastos”, ou à Discoteca “Day After”, que já fecharam há anos. A Câmara Municipal tem cedido alguns espaços com pontos de acesso à Internet em várias freguesias e isso é positivo, contudo, e com o cada vez mais rápido desenvolvimento das Novas Tecnologias, impõe-se a criação de diversos pontos de acesso sem fios à Internet nos espaços públicos mais frequentados de uma cidade que se quer moderna e nos centros de todas as freguesias. Há freguesias de concelhos mais pequenos que têm, de facto, cobertura do *weireless* em toda a freguesia. É tudo” -----

- **MESA** - Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas. -----

- **TRINTA E TRÊS - SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas e diz: “Muito obrigado Senhor Presidente, parece que as perguntas também não foram muitas, foram alguns conselhos e eu gostaria de dizer que, mais em relação à segunda intervenção do Senhor Deputado do Partido Socialista, que nos deu o conselho para seguirmos mais o “Simplex Autárquico” do que o “Município Mais”, eu queria dizer que sou muito fiel àquilo que assino. Eu assinei um protocolo com o actual Presidente da Câmara de Lisboa, enquanto Ministro da Administração Interna, com o projecto “Município Mais”, e portanto, não me foi ainda colocado, no âmbito da Associação, a assinatura de nenhum protocolo no âmbito do processo “Simplex Autárquico”. E portanto, damo-nos muito bem com este processo, com o que está no “Município Mais”, não temos razões até para mudar, o que não significa que não aproveitemos também o “Simplex Autárquico” naquilo que ele for de aproveitar. De qualquer maneira, há um dado que eu deixo aqui que me parece importante, a quantidade de Câmaras que nos têm visitado para copiar a forma como temos desmaterializado a informação. E já agora queria dizer uma coisa, não sei se eventualmente acompanhou isso, eu fui um dos integrantes de um pequeno grupo que trabalhou e definiu os recursos de contexto, nomeadamente para o projecto “Município Mais”, com a então ISSEP, agora transformada numa coisa que é mais global, aquela entidade presidida pelo Doutor Basílio Horta, portanto, eu trabalhei durante muito tempo isso, não há nenhuma razão para alterar um processo que começou ao abrigo deste



programa, do programa “Município Mais”, mas naturalmente, também não temos a porta fechada ao envolvimento no sistema, no “Simplex Autárquico”. Já agora, uma outra coisa, eu também pagaria para ver se as duas Câmaras de que falou são os líderes ou as que estão na vanguarda, como disse aqui, da modernização. Pagaria e a que forma, para ver, se apenas por serem capital do país e de capital do Norte, estão na vanguarda do processo da modernização, portanto quanto sabe, não estão, há Câmaras que, muito mais adiantadas nesse processo. Mas o que eu gostaria de dizer é que nós não queremos um processo e nem queremos avançar com este processo, isso para nós é o mais importante, de forma atabalhoada, de forma rápida só para irmos à frente. Nós concebemos um projecto, um programa, vamos leva-lo a cabo, e podíamos até acelerar, nalguns momentos dá jeito para aparecer nos jornais, “Câmara Certificada”, nós quando acabarmos o processo pedimos a certificação e portanto, vamos com passos seguros. Eu que estou de acordo consigo quando diz que o processo e o projecto mais importante é aquele que tem a ver com os Quadros Interactivos, também achamos até pela população que se destinam, digamos, o seu escalão etário, são de facto aqueles que vão ser mais rentáveis, e portanto, de qualquer maneira nós fazemo-lo de forma integrada. Só uma resposta ao Deputado do Bloco de Esquerda, sobre o *site* da Câmara, é sempre possível aperfeiçoá-lo, também há coisas que não nos agradam, mas é um modelo de construção dinâmico e portanto, vamos actualizando de acordo com aquilo que nos vai chegando. Eu de vez em quando consulto e também não gosto e vou dando aos serviços, digamos, orientações para o actualizarem e é natural que tenha alguns desfasamentos, mas de qualquer maneira, também há uma classificação dos *sites* nacionais e estamos bem classificados, espero que, poderíamos estar melhor, isso é sempre uma verdade *la palice*. Já agora, eu trouxe aqui há tempos quais são os locais do *weireless* que queremos servir na cidade e já o dissemos, inclusivamente, que estamos apenas a acautelar um problema de segurança para o fazer no Rossio, que pode beneficiar inclusivamente do sistema na Câmara. Agora, temos que garantir essa segurança. É apenas isso Senhor Presidente.” -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras. Muito obrigado Senhor Presidente. Esgotámos o Período da Actividade Municipal, o Ponto Um. Vamos passar ao **PONTO DOIS**, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre o “**REGULAMENTO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM ESPLANAS NA ÁREA DO MUNICÍPE DE VISEU**”, nos termos legais que estão contidos na Ordem de Trabalhos. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar este Ponto”. -----

- **TRINTA E QUATRO - SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Usa da palavra para fazer a apresentação do Ponto Dois, dizendo: “Também muito rapidamente Senhor Presidente. Eu faria apenas um enquadramento geral que levou a isto, não me detendo agora a explicar o que é que pretendemos, mas achamos que, uma cidade como a nossa, que devia também fazer um esforço acrescido no mobiliário urbano, que já está a fazer, e também naquilo que são, digamos, um dos elementos mais notórios sempre que vêm tempos de clima mais agradável. Falo das esplanadas, e portanto, nós definimos um regulamento para as esplanadas, um regulamento que tem uma série de características, está aí definido. Naturalmente queremos, e é essa a intenção, melhorar o aspecto das esplanadas, os regulamentos têm esta característica de às vezes serem excessivos, mas a intenção é, exactamente, que aos poucos e poucos mudemos a paisagem das nossas esplanadas. E eu não gosto mesmo nada de ver esplanadas com, apenas porque uma marca subsidiou, ela é de uma cor, depois é uma outra porque foi também subsidiada, e portanto nós vamos ter que copiar aquilo que uma cidade moderna está a fazer neste aspecto, que é de esplanadas com mobiliário atraente, porque já se viu que elas também são atractivas por essa banda, não é? Tenho apontado os casos, pelo menos de duas ou três esplanadas na cidade, que são esplanadas que funcionam muito bem, que são muito



utilizadas, porque se apetrecharam convenientemente, é apenas isto que queremos fazer. Nós fizemos numa primeira fase a coincidência de uma entidade que se chama a área crítica e a intenção foi que a área de regionalização urbana, peço desculpa, que é a ACRU, que é um pouco mais ampla de que a área crítica, porque se o restringíssemos apenas à área crítica, ela praticamente se circunscreveria ao Centro Histórico, e portanto, sabemos que há muitas esplanadas para além do Centro Histórico que também carecem de serem digamos actualizadas e modernizadas, é isso que queremos fazer. Nós estamos disponíveis para, digamos, conversar com os detentores das esplanadas, até no sentido de encontrar alguma facilidade em as implementar, mas nós estamos disponíveis para permitir que não haja um padrão de qualidade nas esplanadas da cidade, e portanto, foi este, digamos, este cenário de fundo que motivou a apresentação deste Regulamento e a colocação aqui na Assembleia Municipal.” -----

- MESA - Dá a palavra à Senhora Deputada Elisabete Farreca. -----

- TRINTA E CINCO – SENHORA DEPUTADA ELISABETE MARIA DE ALMEIDA JESUS FARRECA (PSD) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “A inexistência de Regulamentação de Ocupação de Espaço Público com Esplanadas na Área de Regeneração e Desenvolvimento Urbano do Município de Viseu, suficiente, adequada e integradora leva a que assistamos a diferentes e desajustadas formas de ocupação dos espaços públicos, ocupação essa que em nada dignifica o meio urbano, paisagístico e ambiental. Sem uma regulamentação adequada às necessidades inerentes ao desenvolvimento das cidades, será difícil gerir eficaz e eficientemente a ocupação do espaço público, bem como regular o seu uso. De referir também o desrespeito, por parte dos donos das esplanadas, quer pelas pessoas em geral, quer por pessoas com mobilidade reduzida em particular, quando não se cumprem os requisitos mínimos, nomeadamente a ocupação excessiva da via pública ou a falta de intra-estruturas que permitam o acesso a todos os potenciais utilizadores desses espaços. A necessária requalificação, respeito e disciplina que a ocupação dos espaços públicos exige, raras vezes se verifica. Assim, a melhoria da qualidade de vida dos viseenses tem de passar pela harmonização de normas e regras que sirvam de elemento conciliador das diferentes formas de ocupação, permitindo proteger a imagem da nossa cidade e a consequente atractividade turística. A eficaz regulamentação da ocupação da via pública para a instalação e funcionamento de esplanadas é fundamental para a protecção do meio urbano e para fortalecer o convívio e a oferta turística e cultural. A satisfação das exigências cada vez maiores dos nossos concidadãos, leva à definição de um regulamento rigoroso e justo, que discipline e assegure o cumprimento das regras de convivência eliminando ou reduzindo o impacto negativo no ordenamento urbano. A regulamentação aqui proposta assegurará a defesa do equilíbrio estético, paisagístico e ambiental da área urbana, que é necessário incentivar e garantir, bem como uma maior satisfação aos utilizadores desses espaços ao nível do conforto e da segurança. Por tudo isto, o Grupo Parlamentar do PSD irá votar favoravelmente a proposta da Regulamentação de Ocupação de Espaço Público com Esplanadas na Área de Regeneração e Desenvolvimento Urbano do Município de Viseu. Muito obrigada”. -----

- MESA - Dá a palavra ao Senhor Deputado Jorge Adolfo. -----

- TRINTA E SEIS – SENHOR DEPUTADO JORGE ADOLFO DE MENESES MARQUES (PS) – Intervém para dizer o seguinte: “O Partido Socialista, portanto, os Deputados do Partido Socialista, também vão votar favoravelmente este regulamento, porque pensamos que é muito importante para a cidade e para a imagem da cidade. Evidentemente que, as pessoas que nos visitam levam sempre uma opinião muito positiva da nossa cidade, aliás, há bocado ainda se referiu a questão do congresso que foi realizado recentemente, e não é por acaso que Viseu sempre foi tido como uma cidade que recebe muito bem os seus visitantes, os seus amigos, os estrangeiros, os turistas em geral. E



portanto, é muito importante que haja um regulamento para pôr cobro a uma série de situações que nos parecem absolutamente inaceitáveis numa cidade moderna e desenvolvida como é Viseu e particularmente no Centro Histórico da cidade. Para, as pessoas que têm dificuldades de mobilidade, como já disse a Senhora Deputada, para invisuais, que havia um uso e abuso, e o uso é uma coisa e o abuso é outra, do passeio público, muitas vezes colocando a segurança dos utilizadores e até de veículos que circulam na via pública e depois a responsabilidade no caso de existir algum acidente seria muito difícil de reunir, e provavelmente, só em tribunal. Ora, este aspecto parece-nos muito importante e é um factor que vem também valorizar o Centro Histórico de Viseu. Há bocado quando falámos na questão da derrocada da casa, penso que o Senhor Presidente da Câmara também não interpretou mal as nossas palavras, no sentido de haver uma procura de valorização e de recuperação dum espaço que está manifestamente doente e portanto, esta questão das esplanadas é muito importante. Eu dou dois exemplos, temos cidades como aqui a nossa vizinha Salamanca, para não dar nenhum caso português que é para não haver, para não ferir susceptibilidades de ninguém, mas temos a Praça Central ou a Praça Maior, onde o mobiliário é um mobiliário harmonioso com a própria Praça, portanto, que não fere a arquitectura do espaço, pois é isso que nós também pretendemos. Evidentemente que, há aqui uma questão que se coloca e que eu, e que penso que a Câmara Municipal já reflectiu sobre isso, que é a questão do patrocínio das empresas que fornecem os sumos, as bebidas, os cafés, dos restaurantes, dos cafés, das esplanadas, esse patrocínio, e por outro lado, a obrigatoriedade agora de cingir esse mobiliário a determinados padrões normalizados, etc. Penso que isso terá levantado algumas questões por parte dos comerciantes, mas é óbvio que já no passado houve outras situações também semelhantes, nomeadamente com toldos, com reclames, etc., que levantaram a mesma questão, mas que lentamente os comerciantes vão-se adaptando e vão aceitando, porque procura valorizar o próprio sector empresarial. Uma vez mais, os Deputados do Partido Socialista, irão votar favoravelmente esta medida positiva para valorizar o Centro Histórico, porque o Centro Histórico precisa de gente, porque é muito triste, como ainda ontem subi a Rua Direita às seis da tarde e praticamente não se vê ninguém. É preciso atrair gente e esta medida é uma medida que vai nesse sentido, e portanto, o nosso acordo.” -----

- MESA - Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

- TRINTA E SETE – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE) – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Não contesto, de forma alguma, a necessidade de repor um certo ordenamento na ocupação do espaço público, no sentido da sua requalificação paisagística, fixando limites no cromatismo do mobiliário das esplanadas e também na preservação da mobilidade dos peões que muitas vezes as esplanadas põem em causa ao cometer alguns exageros. Mas a proibição total de publicidade parece-me um purismo, diria até fundamentalista, que não tem em conta as boas práticas de países com mais receitas turísticas, e eu por acaso até tenho aqui uma fotografia que depois poderei facultar se o Senhor Presidente me permite, ou o Senhor Presidente da Mesa, só para dar um exemplo, sem qualquer ponto de vista construtivo, de uma luxuosa esplanada numa praça de uma das mais bonitas capitais europeias, Praga, com cadeiras de verga, mesas de madeira, chapéus-de-sol de cor creme com uma discreta publicidade da Coca-Cola, que naturalmente por imposição regulamentar foi obrigado a mudar a cor do vermelho para uma cor mais suave. Mas poderia dar o exemplo que veio numa recente edição do Jornal do Centro a propósito deste tema, onde aparecem duas esplanadas, uma na capa e outra no interior, uma, posso dizer, passe a publicidade, do “Irish Bar” com uma publicidade, acho que é de uma cerveja, e outra, no próprio Mercado Dois de Maio com uma publicidade discreta também. Parece-me, este regulamento também não tem em conta a crise económico-financeira que tem agravado a



descapitalização de muitos comerciantes, e com certeza que se sabe, que muitas marcas de bebidas oferecem esplanadas ou participam na sua compra. E os comerciantes já têm que pagar elevadas taxas camarárias, que a Câmara Municipal aumentou há uns anos cerca de trezentos por cento. Um chapéu-de-sol resistente com três metros de raio daqueles grandes, bonitos, custa cem euros, e uma mesa de alumínio com quatro cadeiras custa cerca de duzentos e cinquenta euros. Uma esplanada para meia dúzia de mesas sem publicidade, estrado e vedação em bambu pode custar entre oitocentos a mil euros. Também não nos parece bem a limitação das esplanadas ao comprimento da fachada, porque me parece que a esplanada pode em certos casos exceder a fachada do estabelecimento desde que não interfira com o direito à mobilidade dos vizinhos e à tomada de vista dos estabelecimentos contíguos. De resto, o desgaste deste mobiliário obriga muitos comerciantes a trocá-lo de poucos em poucos anos, às vezes de dois em dois e outras vezes até com o apoio das marcas, até todos os anos. Parece-me justo que a Autarquia incentive os comerciantes a melhorar a estética dos seus estabelecimentos, mas isentando-os do pagamento das taxas de ocupação da via pública durante quatro ou cinco anos como contrapartida pelas alterações propostas, tendo também em conta o contributo das esplanadas para a revitalização das ruas e praças da cidade. A estética, como se sabe, é subjectiva. Agora há casas no Centro Histórico pintadas com cores fortes até há pouco proibidas, e que penso que até se justifica porque culturalmente e tecnicamente eram as cores dos pigmentos que se usariam antigamente. Mas mesmo as esplanadas envidraçadas, que o Senhor Presidente aponta como exemplo a seguir, eu lembro que já tiveram um péssimo precursor no Aquário do Rossio, embora desmantelado. Era uma esplanada envidraçada. Sinceramente incomoda-me menos a estética das esplanadas do que a agressão estética de um Centro Histórico com casas em ruínas. Tenho dito.” -----

- **MESA** - Dá a palavra ao Senhor Deputado Rui Santos. -----

- **TRINTA E OITO – SENHOR DEPUTADO RUI ALEXANDRE GOMES PINA RPDRIQUES DOS SANTOS (CDS-PP)** – Solicita o uso da palavra para intervir da seguinte forma: “Não podíamos estar mais de acordo com o presente regulamento, como é óbvio. Eu pessoalmente sou fã das esplanadas, acho que são um motivo de trazer pessoas à rua, desde que sejam devidamente bem estruturadas, reúnam-se de condições estéticas e de segurança e, no caso da nossa cidade, até condições que ajudem à climatização das próprias esplanadas. Nós temos aqui, foi focado pelo Senhor Deputado Jorge Adolfo, o exemplo aqui bem próximo Salamanca, como disse é paradigmático, durante todo o ano há esplanadas na rua e durante todo o ano elas estão ocupadas e penso que Viseu tem condições para que isso aconteça. Temos um Centro Histórico onde há possibilidades de instalar bastantes esplanadas, temos uma zona central na cidade, nomeadamente o Mercado Dois de Maio e a zona envolvente no Rossio onde se podem fixar unidades de restauração e cafetaria, que podem aproveitar os espaços frontais, e nalguns casos, circundantes às suas instalações para a utilização de esplanadas. E, uma coisa que realmente é fundamental é a estética e uma das coisas que nós somos muitas vezes confrontados é pelo facto de nós termos uma esplanada em madeira, a seguir temos uma em plástico, a seguir temos uma em metal, depois a seguir temos outra cor-de-rosa, uma verde, uma vermelha, tudo misturado, tudo no mesmo sítio e muitas vezes estamos na esplanada, chapéus de cada cor, uma cadeira de cada nação e isso realmente não pode acontecer, porque isso só faz com que as pessoas se afastem. O próprio comerciante devia ter isso em atenção, porque vai fazendo com que as pessoas se afastem. Muito bem, definir regras, as regras estão definidas, agora há que criar condições para que apareçam mais, esplanadas, para que mais restaurantes tenham esplanadas, para que mais cafés tenham esplanadas. Eu penso que, e neste caso, não iria por isenção de taxas nem de outro tipo de emolumentos, faria aqui uma concessão à publicidade. Eu penso que, tudo é possível desde que seja bem feito, tudo é possível desde que haja gosto, e uma publicidade feita com



gosto, discreta e bem feita, não fere ninguém, antes pelo contrário, e vai ajudar para que essas esplanadas possam existir porque realmente o custo de manutenção de uma esplanada é elevado e é caro. Nós votaremos favoravelmente este regulamento e, como eu disse na primeira intervenção, na primeira Assembleia Municipal, estamos aqui como oposição, mas também estamos aqui para dizer bem quando concordamos com as coisas. Obrigado.” -----

- **MESA** - Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas. -----

- **TRINTA E NOVE - SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas e diz: “Tenho apenas uma questão que eu gostaria de referir. Nós não escolhemos e penso que está a fazer aqui alguma confusão, nós não estamos a definir o tipo de esplanadas para o Centro Histórico, por isso é que lhe chamámos ARDU, e que é mesmo exactamente o espaço onde está a ser aplicada a regionalização urbana, que é bastante mais amplo, a regionalização urbana, podia mostrar-vos, com toda a certeza, atinge, digamos, uma boa parte da cidade como a zona da Igreja Nova é de regionalização urbana, portanto, é muito mais vasta, porque senão ficava reconduzida apenas à parte do Centro Histórico e não é isso que nós queremos. O Rossio queremos englobá-lo, a Rua Formosa, o Mercado, etc., etc., e portanto, o Rossio não está na área crítica, nem o Centro Histórico. Já agora, porque é que o fizemos? Porque é que fizemos coincidir com esta área de regionalização urbana? Porque o fizemos também chegar aos senhores comerciantes que há um programa chamado MERCA que, no âmbito da regionalização urbana, que possibilita candidaturas ao QREN. Exactamente por isso, como ele carece de parecer favorável da Câmara, estão reunidas as condições para haver financiamento para essas esplanadas, portanto, só não o farão se não entenderem, se não quiserem. Localizam-se na área de regionalização urbana, é necessário um parecer favorável da Câmara, e portanto, estão aqui reunidas as condições para se candidatarem ao QREN nestas esplanadas. Há uma coisa que eu gostaria de vos dizer, nós tivemos muito cuidado com esta questão da publicidade, e a única coisa que nós não queremos, como sabem a publicidade é uma responsabilidade da Câmara, nós não queremos é que haja pela via da publicidade, porque, sejamos concretos, se alguém coloca uma publicidade numa esplanada, das duas uma, não a pagou à Câmara, a não ser que os responsáveis pela publicidade paguem à Câmara. Quando alguém coloca a publicidade é exactamente como alguém que pede publicidade paga e que paga. Agora, não pode utilizar este artifício para, digamos, fazer publicidade gratuita e é isto que nós não queremos. Nós estamos disponíveis, temos uma posição que o Senhor Presidente da Associação Comercial nos fez chegar e que conhecemos, li-a ainda antes de vir para aqui, e que tem a ver com essa possibilidade da publicidade, mas que nós trataremos numa outra sede. Eu não tenho nada a opor que numa esplanada, discretamente, como foi dito, haja lá a publicidade. Não o queremos é no mobiliário urbano, isto é, não é nos toldos, agora se tiver lá publicidade, não temos nada com isso, ela há-de seguir as regras, e portanto, há sempre a possibilidade de se fazer a publicidade, e nós estamos disponíveis para ajudar os comerciantes neste aspecto. Há muitas destas, não há muitos casos infelizmente aqui em Viseu, mas há duas ou três esplanadas que têm exactamente estas características e que não nos apoquentam minimamente. Eu gostaria de deixar só aqui uma nota, mas eu prometo que não vou sempre responder à letra, há coisas que já me passaram, o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, na tradição, aliás, que é peculiar, vem deixando sempre o pé à frente para ver se eu tropeço, se faço falta ou, eu queria dizer-lhe, deve lembrar-se, que quem destruiu, quem mandou demolir o Aquário, fui eu. Essa esplanada, fui eu, a tal esplanada, não sei onde é que aquilo era uma esplanada, era um lugar onde as pessoas se abrigavam, era um café. Era o Café Aquário, onde as pessoas estavam durante o Inverno, e bem aquecidos, digamos. Uma outra coisa que pode passar em falso, mas eu não deixo, é



que nós pratiquemos taxas elevadas, as nossas taxas são das mais baixas do país. Eu desafio, e provo isso com facilidade, às vezes deixa-se isso para ver se a gente não lhe pega mas eu estou atento. Nós não praticamos as taxas mais elevadas do país, não queremos reinventar Aquários, fomos nós que os demolimos. Também, em relação àquilo que disse o Deputado Rui Santos, é mesmo nossa intenção possibilitar, portanto estamos disponíveis com os comerciantes, porque senão íamos abdicar de uma tarefa que é da Câmara. Imaginemos que toda a publicidade era reconduzida nas esplanadas, então a Câmara tinha, digamos, no seu conteúdo funcional, disciplinar a publicidade e depois não tinha qualquer argumento, porque cada um colocaria nas esplanadas conforme entendesse e nós queremos acabar com isso. Acho que o exemplo que o Doutor Jorge Adolfo aqui trouxe, que é sintomático, mas nós teimamos em não implementar. Toda a gente gosta da Plaza Maior de Salamanca, mas depois quando é para colocar aqui arranjamos mil e uma... Há uma coisa que eu sei e portanto, também fico descansado. O comerciante que puser a melhor esplanada é aquela mais frequentada, portanto, vale a pena, há uma relação directa entre o custo, entre o investimento e a utilização.” -----

- **MESA** – Dá a palavra ao Senhor Deputado Carlos Vieira. -----

- **QUARENTA – SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE)** – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “já agora, vêm todos, acho que a fotografia até é bonita, e o local também, acho que é um bom exemplo. Esse exemplo, ou nos dois outros exemplos, esse exemplo acho que é de considerar. Senhor Presidente diga lá agora, permita-me esta, é ou não é uma praça bonita e não está uma esplanada? – *(Do seu lugar o Senhor Presidente da Câmara responde: “É de tal maneira disfarçada, eu peço desculpa deste diálogo, disfarçada, que eu ainda nem a vi, ainda nem vi a publicidade mas, pronto, por isso é que eu disse que é este tipo de publicidade que nos agrada.”)* Aí está, mas é exactamente por isso, e dei o exemplo do Mercado Dois de Maio, uma excepção claro, mas por isso é que eu pedi permissão. Dei o exemplo do Mercado Dois de Maio e podia dar outros, até podia trazer fotografias que eu próprio tirei, mas da Praça da Erva, portanto, do “Irish Bar”, que tem publicidade, salvo o erro, nas abas dos guarda sois, e que me parece que não, a mim não me choca, sinceramente, e portanto, eu preciso de saber para poder votar favoravelmente o Regulamento, que eu sou de acordo de facto que haja uma regulamentação e um ordenamento, preciso de saber até que ponto é que se há de facto, se a proibição é liminar da publicidade. O Senhor Presidente disse desde que a publicidade que é possível, desde que seja no mobiliário urbano. Ora, se não for de mobiliário urbano, eu no documento que a Câmara apresentou só vejo os vidros serem grafados das esplanadas fechadas, mas estou-me a referir das esplanadas abertas, se não for mobiliário urbano é onde? Quer dizer, tem que ser nalgum lado, ou é no chapéu, ou é na mesa, ou é no assento, ou é na almofada do assento, portanto, é isso que eu preciso de saber para poder votar em consciência.” -----

- **MESA** - Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder. -----

- **QUARENTA E UM - SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Usa da palavra para responder à questão que lhe foi colocada do seguinte modo: “Obrigado Senhor Presidente. Eu estava a dizer que estava tão bem disfarçada que nem via a publicidade, mas esta eu não aceito, a não ser que a esplanada estivesse com os guarda-sóis fechados. O Senhor Deputado trouxe aqui uma fotografia de uma esplanada com os guarda-sóis fechados, e portanto, a publicidade está no guarda-sol, mas como não está aberto eu não o vejo. Se é para estar no guarda-sol eu não a aceito. Esta publicidade com o guarda-sol aberto, gosto muito do resto da esplanada, mas não a aceito, e portanto, tem que ser bem mais esperta do que isto”. -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito bem. Senhor Deputado está esclarecido? Vamos então passar à votação. *Foi aprovado com um voto contra.* Passamos agora ao Ponto seguinte, **PONTO TRÊS,**



apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “HABISOLVIS – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E SENHAS DE PRESENÇA”, portanto, nos termos da legislação que está aí referida. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar este Ponto”. -----

- QUARENTA E DOIS - SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO -

Usa da palavra para fazer a apresentação do Ponto Três do seguinte modo: “Rapidamente Senhor Presidente, por um lado para explicar o título, não vá ele induzir em erro, eu hoje ouvi-o de manhã numa rádio quando anunciava a Ordem de Trabalhos desta Sessão e fiquei a pensar que isto podia induzir em erro, quando se diz aqui remuneração dos administradores e senhas de presença, eu gostaria de dizer que é a remuneração do administrador. Os outros administradores nenhum copiou os ordenados da PT, portanto, mantemos aquilo que dissemos aqui, todos os Administradores da Câmara não ganham um tostão, e ninguém tem senhas de presença. O que está aqui é para pagar ao Administrador Executivo e é, digamos, propor-lhe a correspondência, ou a equiparação a Chefe de Divisão. Depois, é para dizer que não há senhas de presença, o que aflige sempre os serviços desconcentrados quando nos visitam e também para dizer que nenhum dos administradores, e eu juntamente com o Vereador Hermínio de Magalhães, somos dois elementos da administração, o que nenhum de nós recebe qualquer remuneração. É apenas precisar este aspecto.” -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz: “Pergunto se algum dos Senhores Deputados quer usar da palavra neste Ponto. Não tenho nenhuma inscrição vamos passar à votação. *Foi aprovado com quarenta e sete votos a favor, zero votos contra e nove abstenções.* Passamos agora ao Ponto seguinte, PONTO QUATRO, apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DE EXPROPRIAÇÃO DA PARCELA DOIS, NECESSÁRIA À EXECUÇÃO DA EMPREITADA “ACESSOS À CIDADE A PARTIR DA “A VINTE E QUATRO” – VIA “EN DEZASSEIS””, portanto, nos termos legais que está na Ordem de Trabalhos”. De imediato dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Campo. -----

- QUARENTA E TRÊS – SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO LOPES MARQUES – PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO CAMPO (PSD) Pede a palavra para

dizer o seguinte: “Aproveito esta oportunidade particular para saudar e agradecer à Câmara Municipal de Viseu na pessoa do Senhor Presidente, Doutor Fernando Ruas, na efectivação desta ligação fundamental da zona norte do Concelho ao miolo da cidade de Viseu. A concretização desta obra justifica e equilibra a qualidade dos principais acessos à cidade. Esta rede viária aproxima as freguesias do concelho com acessos rápidos e de qualidade elevada. A Freguesia do Campo congratula-se com esta intervenção no principal acesso à cidade, por se tratar de uma mais-valia importante para as nossas aldeias, assim como para as freguesias circundantes. É importante para as nossas gentes, encurtar distâncias, alargando ao mesmo tempo a própria cidade a um maior número de freguesias, tornando-as mais atractivas para a fixação de novas famílias. Pelo decorrer das obras registamos com agrado o traçado e as características desta via, realçando o bom trabalho da equipa técnica que orienta a empreitada. Parabéns a todos os responsáveis, em especial ao Doutor Fernando Ruas e sua equipa de trabalho, por terem apostado e nunca desistido deste projecto. Desejamos apenas que as obras se concretizem rápido para que continuemos a afirmar com orgulho que “é bom viver em Viseu”. Tenho dito.” -----

- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, diz o seguinte: “Não tenho mais ninguém inscrito, portanto, vamos passar à votação. *Foi aprovado por Unanimidade.* Os PONTOS CINCO e SEIS são dois pedidos de “ISENÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL”, não sei se o Senhor Presidente da Câmara quer fazer a apresentação dos dois. Tem a palavra”. -----



- **QUARENTA E QUATRO - SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Usa da palavra para fazer a apresentação dos Pontos Cinco e Seis, do seguinte modo: “Senhor Presidente, é só para dizer que, e para realçar e enfatizar um aspecto de como os impostos municipais podem ser manuseados por outros, isto é, o imposto municipal, que por força da legislação que nos ultrapassa, obedecem aos requisitos, e portanto, vimos aqui propor a isenção, a Câmara deixa de ter receitas apenas porque alguém legislou nesse sentido. Como eu costumo dizer noutras situações quando nos vêm aqui propor taxas diferenciadas, costumo argumentar, então legisle nesse sentido, e nós cumprimos a legislação que sair, é o que fazemos agora. Custa-nos um bocado abdicar destas receitas, mas não há volta a dar, é a legislação, portanto, também há-de servir, digamos, noutras condições, quando exactamente nós também nos defendemos com a legislação.” -----

- **MESA** - Dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo. -----

- **QUARENTA E CINCO - SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS)** – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Dispensó os cumprimentos, porque já o fiz. É um comentário que não tem a ver com as substâncias das propostas em si, com o comentário do Senhor Presidente da Câmara, é tão somente o seguinte, eu há pouco estava aqui a olhar, nós temos neste Ponto Cinco e no Ponto seis, vinte e seis folhas no primeiro e quarenta e uma folhas no segundo. Eu tive que ir fazer, enfim, uma conta de mercearias, e cheguei a cinco mil, cinco mil duzentas e tal páginas, portanto, há cinco mil e tal folhas que foram fotocopiadas para além do toner, calculo que dos serviços administrativos, eu acho que também era uma boa medida, e já aqui uma vez falei sobre isto, eu calculo que a maioria, ousou dizer, a esmagadora maioria dos Deputados, não olham para esta documentação, que não seja para a primeira página, que de facto, que é onde nós escolhemos a informação que interessa para a votação. Deveria estar evidentemente disponível para quem a requisitasse, mas também era, digamos, para lá de preocupação ambiental, uma preocupação também de poupança recursos, que se calhar, era interessante. Muito Obrigado.” -----

- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Senhor Deputado, agradeço-lhe a sugestão, só que está distraído, porque se bem se recordar, na última Assembleia Municipal, foi aprovado e proposto pela Assembleia que os Senhores Deputados passariam a receber a Convocatória em termos físicos e todo o material anexo às Convocatórias, por correio electrónico. Só ainda não foi feito nesta Sessão, porque tinha ficado de haver uma menção expressa dos Senhores Deputados que queriam continuar a receber em papel. A partir da próxima Assembleia Municipal, ela será só convocada com a Ordem de Trabalhos. Essa seguirá por carta como a Lei exige e toda a documentação anexa, para os Deputados que não digam expressamente que querem receber a documentação em termos físicos, passada a seguir por correio electrónico, portanto, já tínhamos tomado as providências, porque também eu acho que de facto é um grande desperdício estarmos a gastar dinheiro em papel que depois ninguém lê”. De imediato dá a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São José. -----

- **QUARENTA E SEIS - SENHOR DÁRIO DE ALMEIDA DA COSTA - PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO JOSÉ (PSD)** – Pede a palavra para intervir da seguinte forma: “Relativamente aos dois pontos agora em discussão, eu queria apenas aqui realçar o facto a forma como a Câmara Municipal de Viseu, e que já nos foi dito pelo Senhor Presidente, tem apoiado as empresas que queiram investir na nossa cidade. Na verdade esta isenção do Municipal de transacções, seria uma receita da Câmara Municipal, que esta prescinde, para assim proporcionar às empresas que invistam em Viseu. E que vai proporcionar, não só o investimento, mas também a criação de postos de trabalho, e como sabem numa altura em que temos problemas sociais provocados pela falta de investimento e pela falta de emprego, de facto, devemos ficar satisfeitos com esta ajuda que a Câmara proporciona às empresas para se fixarem em Viseu. Bem-haja.” -----



- **MESA** - Dá a palavra ao Senhor Deputado João Paulo. -----
- **QUARENTA E SETE** – **SENHOR DEPUTADO JOÃO PAULO DE LOUREIRO REBELO (PS)** – Solicita o uso da palavra e diz: “Desculpe Senhor Presidente, não o quero fazer demorar muito tempo, mas metade das coisas, não estou distraído, fui eu que falei, também na última Assembleia sobre isto, era no fundo um novo chamar de atenção. Desconhecia porque é que ainda não estava operacionalizado o que tínhamos combinado e só estava a referir que são cinco mil e tal folhas, são mais de dez resmas de papel, portanto, acho que é significativo. Depois também não posso deixar de notar, ou fazer sublinhar, aquilo que acabou de acontecer. O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse ali do seu lado que só não cobrava porque não podia. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São José veio dizer que nesta preciosa ajuda que a Câmara Municipal dá aos nossos empresários, portanto, muito obrigado”. -----
- **MESA** - Dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas. -----
- **QUARENTA E OITO** – **SENHOR PRESIDENTE DO EXECUTIVO CAMARÁRIO** – Usa da palavra para responder às questões que lhe foram colocadas dizendo: “Eu não sei o que é que se passa hoje, mas o Deputado João Paulo está todo desorientado. Completamente. Eu não disse que não cobrava, porque não podia. Disse, e está registado, cumpria a legislação. O que eu disse é que se a legislação me dizia para não cobrar, eu não cobro, mesmo que eu tivesse vontade de cobrar. É bem, totalmente diferente, foi aquilo que eu disse. E já agora, eu pensei que o João Paulo há pouco quando ia lá, e foi só por isso que pedi a palavra, que ia dizer uma outra coisa, que ia lembrar que o IMT tantas vezes aqui explorado, que neste momento em termos dos Municípios em Viseu não fogem à regra, tem um decréscimo de trinta por cento. Era isto que eu pensava que o João Paulo ia dizer. E já agora uma outra coisa, para verem o esforço que nós fazemos e como é que a Administração Central olha para isto como, e passe a expressão, esta posso usar, “um boi para um palácio”. Se por acaso a Câmara de Viseu isentar o IMT de uma empresa, a Câmara isenta o IMT, se a empresa falir amanhã, nós não somos ressarcidos de coisa nenhuma. E já temos aqui alguns exemplos pelo concelho, de empresas a que acabámos de isentar de IMT e a seguir... Isto é portanto, digamos, gerir sem cuidado, do dinheiro das autarquias que é bem necessário. Era apenas este remoque”. -----
- **MESA** – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “muito obrigado Senhor Presidente. Só para que fique bem claro qual vai ser o procedimento que vai ser seguido para depois para não virem acusar a Mesa que não enviei informação, ainda há Senhores Deputados que não nos enviaram e-mail, e essa também foi uma das razões que nos levou a não implementar já esta medida nesta Assembleia. Agora, só para ficar bem claro para todos, quem não estiver de acordo tem sempre o direito de pedir a documentação toda fotocopiada, portanto, esse é um direito que assiste. A prática que vamos passar a seguir é, todos os Senhores Deputados que não tenham expressamente dito que querem continuar a receber a documentação fotocopiada, a regra vai ser enviar por e-mail toda a documentação, a não ser a Convocatória que continuará a ir por correio, conforme tem sido até aqui. Nos Senhores Deputados que não têm e-mail, ou que não usam o e-mail como uma ferramenta normal de trabalho, o que se fará é enviar uma Convocatória, se não disserem o contrário, dizendo que a documentação está disponível na Assembleia Municipal e que a poderão consultar, ok? Se estiverem de acordo será esta a prática. De facto, eu acho que estas preocupações com a poupança, não é só poupança das fotocópias, é o tempo, porque os funcionários quando têm que convocar a Assembleia Municipal passam horas a fio a tirar fotocópias, e portanto, assim poupamos dinheiro, protegemos o ambiente e toda a gente fica mais grata. Fica bem claro, are porque ficou gravado em acta, como é que serão os procedimentos. Quem não disser nada recebe por e-mail, quem quiser expressamente continuar a documentação toda



fotocopiada tem que o dizer e os serviços terão o cuidado de mandar toda a documentação fotocopiada, ok? Muito bem. Então vamos votar o Ponto Cinco, **“ISENÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL – IMT – Petição de Galvão Meirinhos, Limitada”**. *Foi aprovado por unanimidade*. Ponto Seis, **“ISENÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL – IMT – Petição de Afonso & Filhos – Comércio de Produtos Alimentares, Limitada”**. *Igualmente aprovado por unanimidade*. Temos ainda duas questões para tratar, dar a posse ao Senhores Membros das Comissões de Desenvolvimento Regional, Saúde e solidariedade Social, Educação e Cultura e depois, o Período Regimental dedicado ao Público. Temos duas inscrições. Temos o Senhor Engenheiro Guiné e o Senhor Presidente da Associação Comercial de Viseu. Eu vou só dar primeiro posse às Comissões e depois logo a seguir, darei a palavra ao público. Vou começar por dar posse à Comissão de Desenvolvimento Regional, os Senhores Deputados que não estiverem presentes, depois vêm aqui aos serviços assinar, (neste momento o Senhor Presidente da Mesa faz a chamada dos Senhores Deputados eleitos para assinarem o Auto de Posse). Na Comissão de Saúde e Solidariedade Social, para ganharmos tempo, (neste momento o Senhor Presidente da Mesa faz a são chamada os Senhores Deputados eleitos para assinarem o Auto de Posse). Da Comissão de Educação e Cultura, (igualmente o Senhor Presidente da Mesa faz a chamada dos Senhores Deputados eleitos para assinarem o Auto de Posse). Muito bem, então estão empossadas as três Comissões e agora já se poderá fazer a convocatória da primeira reunião. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Associação Comercial., que foi o primeiro que se inscreveu e depois, ao Senhor Engenheiro Guiné”. -----
- QUARENTA E NOVE – SENHOR GUALTER MIRANDEZ - PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO DISTRITO DE VISEU – Pede a palavra para intervir do seguinte modo: “Muito rapidamente, infelizmente venho aqui só quando, de facto, há problemas e nós temos que nos manifestar, e mais uma vez fomos confrontados, e a Associação Comercial é confrontada também, com uma situação que, de todo é preocupante e de todo vai levar com certeza mais problemas agravados para um comércio de uma determinada zona. Estamos a falar, a zona comercial fica ali junto à Repartição de Finanças, que tudo leva a crer, virá a ser encerrada. Bom, criámos expectativas e criámos condições aos senhores comerciantes, ou empresários para investirem, a Repartição de Finanças está a funcionar e bem, tem tido muita gente que a procura, os senhores empresários daquela zona fizeram o seu investimento, e agora vêm-se confrontados com uma retirada daqueles serviços que naturalmente deveremos, se temos preocupação com a economia, naturalmente, testamos todos preocupados, mais preocupados ficamos quando o Governo vê sempre esta situação pelo lado economicista, mas nós temos que nos lembrar que antes da economia há as pessoas. E as pessoas estão com uma preocupação, naturalmente, empresários do comércio, têm preocupações agravadas, têm preocupações já do seu dia-a-dia que, não estamos com certeza a viver uma época fácil, pelo contrário, agora com mais esta situação, naturalmente que, o encerramento daquelas unidades comerciais, é uma realidade. É bom lembrarmos, eu já ouvi quer o Senhor Doutor Almeida Henriques, quer o Senhor Presidente da Câmara, falarem sobre as preocupações que o comércio tem naquela zona. Como devem calcular, a Associação Comercial mais preocupada fica, porque nós sabemos as realidades e sabemos da constatação do dia-a-dia, e não sei até que ponto, pese embora toda a movimentação que houve de praticamente de todos os partidos políticos, tenho se calhar, já é uma realidade, é uma certeza desse mesmo encerramento. Quando nos chega a notícia, é já quando, de facto, depois já não há retrocesso. E por as últimas informações que vamos ouvindo em relação ao Senhor Ministro Teixeira dos Santos é que, se calhar, o encerramento é já uma realidade. Bom, sendo assim, sinceramente, já tivemos o caso da Loja do Cidadão, como hoje já aqui foi falado, agora temos este caso deste encerramento. Quer dizer, por um lado, eu ainda hoje tive numa sessão pública da apresentação do MODCOM, MODCOM que tem neste



momento uma participação, um grau de execução de dezanove por cento, e porquê? Porque os empresários hoje estão a viver uma situação que têm praticamente só para o seu dia-a-dia, para a tesouraria do dia, não podem fazer investimentos. Por um lado, o Governo convida a fazer investimentos através do MODCOM, por outro lado, retira aos empresários a possibilidade de meterem pessoas. Isto é perfeitamente antagónico. De facto, por um lado dão-nos a sensação que nos dão condições para prosseguirmos a actividade empresarial, o empresário investe e pelo contrário, retiram as pessoas desses mesmos locais. É, de facto, esta a nossa preocupação, esperando e estamos na expectativa de que este processo ainda possa ter algum retrocesso. Era só este o meu voto que eu vinha aqui, de alguma forma, poder falar publicamente e manifestar o apoio que esta Câmara tem dado a esta matéria. Muito obrigado” -----

- MESA - Dá a palavra ao Senhor Engenheiro Guiné. -----

- CINQUENTA - SENHOR ENGENHEIRO JOSÉ MIGUEL GUINÉ – Solicita o uso da palavra da intervir do seguinte modo: “Eu não era para falar nestes três pontos, mas uma vez que foram aqui falados no que concerne à situação da Repartição de Finanças de Viseu. Já tive a oportunidade de o dizer, que uma cidade com a dimensão europeia, uma cidade em pleno crescimento, não faz sentido de estar a fundir duas repartições numa, quando fazia mais sentido a criação de uma terceira, quanto mais não fosse, no Centro Histórico para revitalizar o nosso Centro Histórico e proceder-se. Naturalmente, como mais uma espécie de loja âncora. No que diz respeito às receitas Municipais, o que não é o caso de Viseu, felizmente, porque a gestão Autárquica, a meu ver, tem sido bastante boa, presumo que haverá Autarquias que se a taxa de concretização do QREN não fosse tão baixa, não andariam “à rasca” a fazer contas de calcular relativamente às receitas e às despesas. No que concerne às esplanadas estou perfeitamente de acordo com a uniformização das esplanadas porque não sou obrigado a tomar um café numa esplanada que me espeta com publicidade gratuita sem me fazer qualquer desconto naquilo que consumo. O que me trás aqui é um ponto fundamental que julgo ser importante para a cidade de Viseu, que é um ponto da criação da nova Faculdade de Medicina. Caros concidadãos, no passado dia 18 de Fevereiro corrente, realizou-se mais uma edição do “Dia do Hospital São Teotónio. As atenções estavam centralizadas nas opiniões de quem dirige os destinos do nosso país e da nossa região. Relativamente à criação da Nova Faculdade de Medicina. No final das sessões de trabalho, todos queriam saber para quando o início da construção da nova Faculdade. O actual Secretário de Estado da Administração Local, sendo confrontado com as perguntas de todos os jornalistas presentes, sendo que todas iam num só sentido, que era para quando o curso de Medicina em Viseu, a resposta foi tão só e simplesmente a seguinte: “É uma boa ambição”. Mas, quando falamos de saúde não podemos perder tempo em ambicionar, temos de fazer, temos de concretizar, ser rápidos a pensar. A criação da nova Faculdade de Medicina de Viseu, que espero que ainda se concretize durante esta legislatura, vai evitar a fuga dos nossos estudantes para outras cidades, evitando-se assim gravíssimas e terríveis consequências resultantes da separação entre pais e filhos, e consequentemente, a separação da sua região natal. Sendo assim, havendo a criação da nova Faculdade de Medicina, não haverá a necessidade de adaptação a uma cidade estranha, não haverá desperdício de rios de dinheiro por parte das famílias, que tantas dificuldades atravessam nos dias de hoje. Permitam-me pois, a metáfora, temos em Viseu um dos melhores laboratórios de investigação área da saúde em Portugal, o laboratório que dá pelo nome do Hospital São Teotónio, um Hospital que ficou qualificado em quarto lugar no ranking de avaliação de competências entre todos os hospitais do país. Importa pois, analisarmos este facto e facilmente constatamos que o que está em falta não é estrutura, que já está criada, são os alunos, aqueles que por via das circunstâncias saíram da nossa região para estarem a estudar medicina noutras cidades, mas meus senhores, curiosamente estes



futuros médicos não abdicam de estagiar no Hospital que recebeu a Medalha de Bronze, não só pelo mérito e competência dos seus profissionais, mas também por culpa da excelência do equipamento que possui, esse hospital dá por o nome de Hospital São Teotónio. A prova deste facto ocorreu precisamente no dia dezoito de Fevereiro de dois mil e dez, dois médicos do Hospital São Teotónio foram distinguidos com Bolsas de Mérito por trabalhos de investigação na área de saúde. Pergunto, quantas bolsas seriam entregues aos hipotéticos alunos de medicina, caso o curso já tivesse sido criado? Certamente que um dia não chegava. Está a inverter-se o sentido da criação no Serviço Nacional de Saúde, que é fazer chegar aos profissionais de e saúde a todos os pontos do país. Grande parte dos nossos alunos que viram a necessidade de imigrar, entre aspas, para outras cidades, provavelmente ficarão por lá, vêm ao fim-de-semana visitar os seus parentes, mas durante a semana quando poderiam cá ficar, para tratar dos nossos doentes têm que voltar novamente para a cidade onde estão a estudar. No campo esta realidade é bem mais grave do que se pensa, nos Centros de Saúde Dão Lafões de que fazem parte os Municípios de Tondela, Mangualde, Nelas, Carregal do Sal e Penalva do Castelo, existe uma carência efectiva de médicos. Só no Município de Nelas há seis mil utentes sem médicos de família. A juntar este estado de calamidade pública, já houve médicos a pedir a aposentação, uns já saíram e outros vão sair no próximo mês. Poderiam ser substituídos, é um facto, mas sê-lo-iam pelos nossos licenciados em medicina caso houvesse a Faculdade de Medicina em Viseu. Como não temos nem faculdade nem licenciados havia que arranjar uma solução, pois a saúde está acima de tudo, e a forma encontrada foi contratar serviços médicos de empresas a peso de ouro, como se Portugal se pudesse dar ao luxo de passar por um país rico, mas não somos, andamos a tentar “fazer omeletas sem ovos”. -----

----- MESA – O Senhor Presidente da Mesa, do seu lugar, profere as seguintes palavras: “Muito obrigado. Está assim concluída a nossa Assembleia Municipal. Agradeço a presença de todos e até à próxima. Muito Obrigado. Está encerrado”. -----

----- A Sessão encerrou às dezanove horas e catorze minutos. E do que se passou, lavrou-se a presente Acta, que vai ser assinada por mim, _____, Primeiro Secretário e pelo Senhor Presidente, nos termos do número três do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

 (António Joaquim Almeida Henriques)